

VIVARIO



Definidas regras para referendo sobre armas

PÁGINA 9

Consulta deve gerar manifestações como essa promovida no Rio de Janeiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.186/41 – Brasília, 25 a 31 de julho de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Corrupção

CPI garimpa documentos e ouve mulher de Valério

Depois de receber os dados das contas de Marcos Valério nos bancos Rural e do Brasil, a CPI dos Correios decidiu tomar somente um depoimento nesta semana e concentrar-se no exame das informações. Somente

a esposa de Valério, Renilda Maria Santiago, será ouvida na terça-feira. Segundo parlamentares, o empresário tentou evitar o depoimento de Renilda, prometendo colaborar com as investigações. A revelação de pequena

parte dos dados bancários ofuscou os depoimentos dos ex-dirigentes petistas Sílvio Pereira e Delúbio Soares. Os saques registrados nos bancos lançaram novas suspeitas sobre o relacionamento do empresário com políticos.

PÁGINAS 3 A 7

JOSÉ CRUZ ABR



Alvaro Dias busca informações nos dados enviados à CPI, enquanto Serraglio e Delcídio debatem com Nelson Jobim



MOREIRA MARIZ

Congresso aprova dez projetos

Em semana marcada por depoimentos nas CPIs dos Correios e dos Bingos e negociações para funcionamento da CPI do Mensalão, o Congresso

votou dez projetos de lei. Nove deles referem-se à abertura de créditos ao Orçamento e um inclui carreiras no plano de cargos do Executivo.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

cidadania

O que é e como evitar o assédio moral no trabalho

Geralmente exercido por pessoas inseguras, autoritárias e narcisistas, assédio moral é a exposição do trabalhador a situações

abusivas, humilhantes, constrangedoras, repetitivas e prolongadas. Já existem leis municipais e estaduais tratando do tema.

PÁGINA 16

Comissão de Assuntos Sociais prioriza saúde da população

O cuidado com a saúde da população foi tema de alguns dos principais projetos de lei aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no primeiro semestre deste ano. Entre eles, proposições que procuram garantir melhores condições de trabalho e de atendimento médico nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Exemplo de preocupação com a saúde do trabalhador é o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao Projeto de Lei 19/03 de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que fixou em 30 quilos o peso máximo que poderá ser removido individualmente pelo empregado. A proposta, acolhida em decisão terminativa, alterou o artigo 198 da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) e foi um dos 15 projetos que a CAS aprovou durante a primeira metade deste ano.

Óculos de sol deverão oferecer mais proteção

A inclusão da equioterapia como forma de tratamento médico no âmbito do SUS também foi aprovada na CAS por proposta (PLS 456/03) de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A equioterapia é uma modalidade de fisioterapia que utiliza um conjunto de técnicas baseadas na equitação como terapêutica auxiliar na reabilitação física e psicológica.

Outro projeto de lei que visa à proteção da saúde dos brasileiros deliberado pela CAS é o PLS 512/03 de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). A proposta, aprovada em decisão terminativa e já enviada à Câmara, tornou obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol, equipados ou não com lentes de correção visual.

A comissão aprovou ainda projeto (PLS 24/04) do senador Romeu Tuma (PFL-SP), igualmente enviado à Câmara, que obriga as indústrias farmacêuticas a imprimir bulas de medicamentos com letras em dimensões que facilitem a leitura.

Divisão ideológica marca CPI da Terra

Os conflitos fundiários – que envolvem desde a grilagem de terras até assassinatos no campo – são objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra. Uma das marcas dessa CPI é a divisão ideológica: de um lado, a bancada ruralista, afinada com os proprietários de terras e entidades como a União Democrática Ruralista (UDR); de outro, os parlamentares, que defendem os pequenos agricultores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Prova da gravidade desses conflitos foi o assassinato, em fevereiro, da freira Dorothy Stang que provocou comoção internacional. O crime aconteceu no Pará, estado que apresenta o

maior índice nacional de mortes violentas no campo. Ao defender os pequenos lavradores da região onde morava, no município de Anapu, a freira enfrentou interesses de grileiros e de madeireiras ilegais.

No início de abril, a CPI da Terra esteve no Pará para ouvir os depoimentos de dois acusados de serem os mandantes da morte de Dorothy: Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão. Na ocasião, o presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), afirma que, para combater a impunidade que impera na região, “é preciso restabelecer a autoridade com a implementação de uma gestão pública competente”.

Alvaro Dias também destacou

que “é justamente a desorganização fundiária que provoca esse tipo de crime”. Um exemplo dessa desorganização: segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há casos no Pará em que, para uma mesma área, encontram-se até dez títulos de propriedade diferentes – o que revela, aliás, um dos principais problemas por trás desses conflitos: a grilagem de terras que pertencem à União.

Além do Pará, a CPI da Terra já esteve em diversas partes do país neste ano. Ainda em abril, a comissão foi à capital do Paraná para tomar o depoimento de Valdir Copetti Neves, tenente-coronel da Polícia Militar desse estado. Ele está preso sob a acusação de tráfico internacional de armas e por comandar uma milícia armada a serviço de fazendeiros paranaenses.

Comissão é palco para disputas entre proprietários e sem-terra



Alvaro Dias preside audiência ao lado do deputado João Alfredo e da senadora Ana Júlia em Belém

Mato Grosso registra o maior número de conflitos

Em março, a Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente – que conta com o apoio do Programa de Voluntários da ONU – divulgou relatório segundo o qual os conflitos fundiários em Mato Grosso não encontram solução em razão da dificuldade do governo federal em assegurar sua posse sobre terras devolutas. Cerca de 34 mil quilômetros quadrados do estado estariam ilegalmente ocupados por grileiros. Outra denúncia do documento é a de que índios, quilombolas e pequenos agri-

cultores estariam sendo expulsos de suas terras por causa dos conflitos agrários, além de serem vítimas da violência policial. Em maio, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra esteve na região, no município de Confresa, um dos principais focos da violência rural de Mato Grosso, para promover uma audiência pública.

– O poder público poderia resolver parte dos problemas ou, ao menos, minimizar a tensão no campo, mas não consegue resolvê-los. É preciso uma gestão

pública competente para remover os obstáculos e liberar essas áreas para a realização de assentamentos – ressaltou Alvaro Dias, para quem “as regiões mais conflituosas do país são justamente as que têm maior potencial para implementar a reforma agrária”.

O relatório divulgado em março também atribui parte da responsabilidade pelos problemas locais à política de estímulo à expansão agrícola promovida pelo governo de Blairo Maggi, considerado o maior produtor individual de soja do mundo.



Fátima pede punição para parlamentares que receberam recursos desviados

Fátima Cleide quer processo de afastamento de deputados

A senadora Fátima Cleide, presidente do PT de Rondônia, pediu na sexta-feira ao presidente da Assembleia Legislativa do estado, deputado Carlão de Oliveira (PL), a abertura de processo de cassação dos mandatos de 23 dos 24 deputados envolvidos no desvio de recursos mediante a apropriação de vencimentos de pessoas contratadas para trabalharem nos seus gabinetes, algumas delas “fantasmas”.

Em nome do Partido dos Trabalhadores regional, a senadora também entrou no Ministério Público estadual com representação contra os mesmos deputados. Segundo a ação, investigações feitas pela Polícia Federal durante 11 meses descobriram que a “folha de pagamento paralela” foi responsável pelo desvio de R\$ 15 milhões.

Na representação, a senadora lembra ainda que o diretor do Departamento de Recursos Humanos, Emerson Lima Santos, confirmou à Polícia Federal a existência da folha paralela e a existência de recibos assinados por deputados indicando que eles recebiam os valores destinados a funcionários.

Ainda de acordo com o documento, pessoas que receberam salários por meio de inclusão de seus nomes nas folhas paralelas apreendidas “afirmam categoricamente que receberam sem trabalhar, enquanto outras não trabalharam e nada receberam”.

Para o PT, prossegue o documento, “impõe-se o dever constitucional de aplicar a seus membros, também, sanção disciplinar pela falta de decoro parlamentar”.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

QUINTA-FEIRA

14h - Agenda em aberto

SEXTA-FEIRA

9h - Agenda em aberto

As sessões de caráter não deliberativo se destinam a pronunciamentos, comunicados da Mesa diretora, à leitura e à apresentação de proposições.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Depoimento – A CPI ouve Renilda Maria, mulher do publicitário Marcos Valério.

QUARTA-FEIRA

10h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Reunião – A comissão faz reunião administrativa.



A CPI dos Correios ouve nesta terça a mulher de Marcos Valério

CRISE POLÍTICA Numerosos e relevantes, documentos ocupam atenção dos parlamentares nesta semana

CPI garimpa informações e ouve Renilda



A revelação de uma pequena parte dos dados bancários das contas do empresário Marcos Valério nos bancos Rural e do Brasil foi suficiente para ofuscar os até então esperados depoimentos dos ex-dirigentes petistas Sílvio Pereira e Delúbio Soares, que pouco – ou nada – acrescentaram às investigações. São tantas informações e tão relevantes que a CPI dos

Correios decidiu tomar apenas um depoimento nesta semana e dedicar o resto do tempo ao exame minucioso das informações. Somente a esposa de Valério, Renilda Maria Santiago, será ouvida na terça-feira (*veja matéria nesta página*).

Essa também foi a estratégia definida pela CPI dos Bingos, que vai passar esta semana debruçada sobre os documentos que já começam a chegar. Somente depois que estiver municiada de dados suficientes é que ela pretende, no dia 11 de agosto, ouvir o ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz. Antes disso, no dia 2 de agosto, a CPI dos Bingos ouviu ex-dirigentes da multinacional Gtech e o presidente da Caixa, Jorge Mattoso (*veja matéria na pág. 5*).

A quantidade de dados na CPI dos Correios fez com que fossem criados grupos de trabalho temáticos para melhorar a sistemática da análise dos documentos e possibilitar a tomada de maior número de audiências para ouvir as 44 pessoas já convocadas. Nesse sentido, a recém-instalada CPI do Mensalão pode aumentar o poder de investigação do Congresso neste momento (*pág. 5*).

"Não há como negociar com gente dessa natureza"

Renilda Santiago, esposa do empresário Marcos Valério, será ouvida pela CPI dos Correios nesta terça-feira, às 10h. Ela é, formalmente, sócia das agências de publicidade DNA e SMP&B, envolvidas nas denúncias do "mensalão". Segundo os parlamentares da CPI, Valério teria tentado evitar o depoimento de Renilda, oferecendo maior colaboração com as investigações. Mas um acordo desse tipo foi rejeitado.

– Não há como negociar com gente dessa natureza, que não merece credibilidade – afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Na última semana, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, aceitou pedido do Ministério Público para bloquear as contas de Renilda, depois de uma tentativa de saque de mais de R\$ 1,8 milhão de uma de suas contas, no BankBoston.

Os integrantes da CPI esperam conseguir maiores informações da esposa de Valério, mas ela já pediu ao STF *habeas corpus* preventivo. Os depoentes com *habeas corpus* têm oferecido pouca ajuda à CPI. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS) levou essa preocupação a Jobim, que prometeu analisar os pedidos "caso a caso", sem ferir os direitos constitucionais.

– Já passamos da fase dos depoimentos econômicos. Agora, esperamos que eles sejam mais amplos, abrangentes e sinceros – disse Delcídio.

A CPI vai ouvir no dia 2 de agosto a diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, e o policial civil David Rodrigues Alves. Eles são os responsáveis pelos maiores saques das contas das empresas de Valério, de R\$ 6,1 milhões e R\$ 4,9 milhões, respectivamente.

Sindicância vai apurar sumiço e vazamento

A CPI dos Correios vai fazer sindicância para apurar o desaparecimento de documentos sigilosos da comissão. A apuração será feita por três parlamentares, escolhidos por Delcídio Amaral. Os culpados pelo sumiço dos documentos, disse o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), responderão por crime de quebra de sigilo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) admitiu que há necessidade de se adotar normas de segurança mais rígidas, depois do sumiço da ordem de pagamento no valor de R\$ 50 mil, em favor da mulher do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), Márcia Regina Milanésia Cunha, vai tornar mais moroso o exame e o cru-

zamento das informações. A sindicância também deve averiguar o vazamento de nomes de pessoas que teriam feito saques no Banco Rural.



Jefferson: exame de informações pode se tornar mais moroso



Alvaro Dias (E), Delcídio Amaral e Heráclito Fortes debruçam-se na análise de documentos

A revelação de relações suspeitas

A análise dos dados das contas de Marcos Valério e de suas empresas pela CPI dos Correios ainda está no início, mas já identificou saques de R\$ 20 milhões no Banco Rural e de R\$ 59 milhões no Banco do Brasil. As informações, consideradas "surpreendentes" pelo relator da comissão, Osmar Serraglio (PMDB-PR), lançaram novas suspeitas sobre o relacionamento do empresário com políticos de diversas legendas.

Os documentos já trouxeram à tona o nome de deputados como João Paulo Cunha (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), Roberto Brant (PFL-MG), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Josias Gomes da Silva (PT-BA), entre outros.

De acordo com o senador Demostenes Torres (PFL-GO), a CPI acessou apenas 3% dos dados sobre o Banco Rural. Ele informou ainda que os relatórios identificam apenas as quantias sacadas das contas de Valério, sem apontar os recursos depositados nas contas.

Tampouco há identificação dos

saques feitos nas contas do BB. O deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS) informou que alguns dos descontos entre 2003 e 2004 possuem apenas a indicação "pague-se", sem maiores detalhes sobre quem retirou o dinheiro. O deputado disse que alguns dos saques não foram informados ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), como prevê o Banco Central, o que

chamou atenção do relator.

A demora, especialmente no caso do BB, é considerada pouco usual, em comparação com o envio ao Congresso das quebras dos sigilos requisitadas por CPIs, como a que investigou Fernando Collor. Na opinião de um consultor legislativo, essa morosidade é indício de que os dados são comprometedores, como revelado na análise parcial das contas.



Demostenes Torres observa que relatórios bancários não apontam os recursos depositados nas contas de Marcos Valério

"Mensalão" ou caixa dois?

A confissão de que o PT usava recursos não declarados nas campanhas eleitorais – combinada com as revelações dos saques das contas ligadas a Valério e com as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) – torna ainda mais difícil a distinção entre o suposto pagamento de "mensalão" à base governista e o caixa dois das campanhas. O mais provável, na avaliação dos parlamentares, é que as duas modalidades coexistam.

– O PT montou uma farsa para reduzir todas as denúncias a um crime eleitoral, de pena mais branda. Esse dinheiro era repassado para o parlamentar fazer o que ele quisesse: viajar, fazer tráfico de influência e alimentar caixa dois do seu partido – avaliou o senador Demostenes

Torres (PFL-GO).

Alguns pontos colocam a versão do caixa dois sob suspeita, como denunciou o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR): os saques foram realizados em períodos não-eleitorais e por membros do Distrito Federal, onde não houve eleições em 2004.

Na semana passada, a chegada de mais dados do Banco Central e do processo enviado pela Procuradoria mineira ao Supremo Tribunal Federal gerou expectativa entre os membros da CPI, que passaram a ser mais cautelosos no decorrer dos dias. Os dados revelariam novos beneficiados pelas contas de Marcos Valério, inclusive políticos que ainda não foram citados nas denúncias.

Além disso, falta esclarecer os detalhes dos empréstimos tomados por Valério a pedido do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, de acordo com a versão que deu à Procuradoria Geral da República. O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) denunciou que os empréstimos tomados pelo empresário contabilizariam R\$ 69,27 milhões, quase o dobro dos R\$ 39 milhões informados por Delúbio.

Os altos valores dos saques de Valério também levaram a investigação sobre disputas empresariais e políticas nas licitações dos Correios para o segundo plano. Esses contratos, no entanto, já são alvo de apuração pela Controladoria Geral da União, Ministério Público e Polícia Federal.

CRISE POLÍTICA Amparados por *habeas corpus*, dirigentes do PT deixam perguntas sem respostas e frustram CPI

Depoimentos não esclarecem dúvidas



Muito esperados, os depoimentos dos ex-dirigentes do PT Sílvio Pereira e Delúbio Soares à CPI dos Correios frustraram qualquer expectativa.

Um prenúncio disso foi a obtenção de *habeas corpus*, por ambos, garantindo que não saíam presos se mentissem à CPI.

– Foi um campeonato de cinismo. Estamos colecionando mentiras – resumiu o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Delúbio e Sílvio negaram envolvimento em negociações de cargos no governo ou pagamentos irregulares a políticos, o "mensalão". Enquanto Sílvio diminuiu sua importância no processo de nomeação de cargos públicos, Delúbio repetiu à CPI a confissão de que tomara empréstimos de empresas de Marcos Valério para pagar campanhas eleitorais do PT. Além de duvidar das versões apresentadas pelos depoentes, os parlamentares interpretam que o uso de *habeas corpus* significa uma confissão de culpa.



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Parlamentares ficaram irritados diante das evasivas de Delúbio Soares e Sílvio Pereira, que depuseram na CPI

Delúbio admite caixa dois no PT

Muito econômico nas declarações que apresentou à CPI dos Correios, o tesoureiro licenciado do PT Delúbio Soares disse apenas que era o único responsável pela operação do caixa dois do PT, utilizado para o financiamento das caras campanhas eleitorais do partido em 2002 e 2004. O dinheiro, repetiu, era obtido por empréstimos bancários tomados pelas empresas de Marcos Valério e repassados a diversas pessoas por ele indicadas. A versão coincide com a que foi apresentada por Valério ao Ministério Público, negando a existência do "mensalão".

Apesar da insistência dos parlamentares, Delúbio se recusou a listar quem se beneficiou dos R\$ 39 milhões dos empréstimos de Valério. O ex-tesoureiro também não explicou por que o empresário ajudou o partido "na base da confiança, sem pedir nada em troca".

Diversos parlamentares, como

o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), chamaram a atenção para as condições dos empréstimos tomados pelo PT, como o *leasing* do Banco do Brasil para compra de computadores, obtido sem fiador e com juros abaixo do mercado.

Para os deputados Gustavo Fruet (PSDB-PR) e Osmar Serraglio (PMDB-PR), que trabalham na relatoria da CPI, os documentos que a comissão possui já não sustentam a versão de que os empréstimos quitariam as dívidas eleitorais do PT. Os saques das contas de Valério, segundo eles, não têm vinculação com períodos

eleitorais, e muitos dos beneficiados são de Brasília, onde não houve pleito em 2004.



Delúbio: dinheiro do Fundo Partidário e das contribuições de filiados era insuficiente

Patrimônios pessoais de petistas sob suspeita

Tanto Delúbio quanto Sílvio Pereira se calaram quando questionados sobre seus patrimônios pessoais.

Silvinho não falou sobre os indícios de que teria ganhado da empreiteira GDK um jipe Land Rover de R\$ 74 mil, mas voltou atras dias depois. Assumiu que o carro foi um presente da empresa, detentora de contratos com a Petrobras, e pediu o seu afastamento do PT, já que alguns dos seus correligionários já cogitavam a sua expulsão.

O ex-secretário geral também não quis falar sobre a origem de seus imóveis em São Paulo e Ilhabela (SP). Escudado no

habeas corpus, Sílvio nem sequer revelou os valores exatos de seu salário no PT. Os contracheques apresentados

por parlamentares apontam rendimentos entre R\$ 11 mil e R\$ 19 mil, valores maiores do que o recebido pelo presidente do partido, José Genoíno.

Assim como Silvinho, Delúbio foi reticente até na hora de informar que seus bens somariam R\$ 163 mil. Sabe-se, porém, que Delúbio é proprietário de um carro Toyota Corolla 2005, avaliado em mais de R\$ 75 mil, além de possuir terras no município de Buriti Alegre (GO), que estariam em nome de seu pai.

Quando eram dirigentes do PT, os dois adquiriram veículos caros

Petistas vêm erros na gestão do partido

Os depoimentos evasivos de Sílvio Pereira e Delúbio Soares e os indícios de que o PT interferia no governo e lidava com recursos ilegais mudaram o discurso dos parlamentares petistas. Ao invés de negar as denúncias, reconheceram que o partido se envolveu em negociações suspeitas, mas sustentaram o histórico do partido.

– O erro da parte não condena o todo. O momento que estamos vivendo não apaga a nos-

sa história – afirmou o deputado Henrique Fontana (PT-RS).

Para o colega José Eduardo Cardozo (PT-SP), as denúncias comprovam que, "infelizmente, a distinção entre partido e governo se perdeu"

– Eu não sou nenhum santo, já respondi ao Conselho de Ética do Senado, mas nunca fiz caixa

dois – disse o senador Saturnino Braga (PT-RJ). O senador apelou para que o tesoureiro aponte os beneficiados pelos recursos sacados da conta de Valério, para que não sejam colocados sob suspeita todos os petistas.

Expulsa do partido no final de 2003, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) "agradeceu a Deus" por ter saído do PT com o apoio de Sílvio e de Delúbio. Depois de tomar conhecimento dos documentos que chegaram à CPI, a senadora declarou, emocionada, que "o partido para o qual dedicou os melhores anos de sua vida morreu".

– Tenho uma pena enorme daqueles que são sérios e fazem parte do seu partido – disse a Delúbio o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Sílvio Pereira nega ter comandado nomeações

O ex-secretário-geral do PT do cargo Sílvio Pereira desconhecia o "mensalão" e não tinha poder para negociar cargos no governo federal. Mesmo contradizendo os demais relatos, essa foi a versão apresentada por Sílvio à CPI.

O dirigente petista negou que despachasse em uma sala no Palácio do Planalto, onde seriam decididos os nomes de cargos em ministérios e estatais. Sílvio admitiu apenas que repassava ao governo os currículos de candidatos do PT, e que intervinha em casos de conflitos com outros partidos da base, zelando pelo cumprimento de acordos.

O dirigente negou participação nas questões financeiras do PT e que apenas ficou sabendo que Delúbio Soares, então tesoureiro do partido, havia sido autorizado a buscar empréstimos junto à rede bancária. Ele admitiu conhecer o empresário Marcos Valério,

mas disse ter tratado com ele apenas de campanhas eleitorais e estratégias do PT.

– Nunca participei de qualquer reunião com [o deputado] José Dirceu (PT-SP) em que o tema fosse captação de recursos – afirmou Sílvio, preocupado em isentar das denúncias o ex-ministro-chefe da Casa Civil,

com quem admitiu ter uma relação de confiança.

Sílvio Pereira admitiu o encontro com Luiz Otávio Gonçalves, presidente da Skymaster, empresa suspeita de ter superfaturado contratos com os Correios, mas disse que não intermediou nenhum interesse do empresário junto ao governo.



Nas dez horas em que esteve na CPI, Sílvio Pereira diminuiu a importância de seu cargo e se eximiu da gestão financeira do PT

CRISE POLÍTICA Chapa indicada pelo governo vai dirigir a segunda comissão criada para investigar denúncias

CPI do Mensalão se reúne em agosto



Como ocorreu com a CPI Mista dos Correios, não houve acordo para a escolha do presidente, vice e relator da CPI do Mensalão. E, mais uma vez, a chapa apoiada pelo governo saiu vencedora: o senador Amir Lando (PMDB-RO) e o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foram eleitos presidente e vice da comissão. Imediatamente, Lando indicou o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) para o cargo de relator.

A nova CPI vai apurar duas denúncias: a de suposto pagamento de mesada pelo PT a parlamentares, como acusou o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), e a possível compra de votos para a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição para prefeitos, governadores e presidente, em 1997.

A primeira decisão foi requisitar cópias dos depoimentos e documentos obtidos pela CPI dos Correios, pela Comissão de Ética e pela Corregedoria da Câmara. A próxima reunião deve ocorrer na primeira semana de agosto.

Ao assumir a presidência da CPI do Mensalão, Amir Lando pediu que haja "mais investiga-

ções e menos palanques", ponderando que investigar colegas do Congresso será "uma tarefa dolorida", mas "a sociedade exige isso".

Para Lando, as CPIs dos Correios e do Mensalão devem trabalhar em conjunto. As formas de cooperação entre as duas comissões devem ser definidas em reunião administrativa entre ele e o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), esta semana. O encontro deveria ter sido realizado na semana passada, mas foi adiado a pedido de Delcídio.

A CPI do Mensalão foi criada no momento em que a dos Correios aumentava suas investigações sobre o esquema de pagamento de mesada a parlamentares, denunciado por Roberto Jefferson. Lando espera definir a jurisdição e a competência de cada uma das CPIs.

Uma das sugestões é que a CPI do Mensalão ouça os parlamentares e pessoas ligadas a eles que teriam feito saques das contas de Marcos Valério. Enquanto isso, a CPI dos Correios continuaria a analisar os documentos sigilosos sobre as contas do publicitário mineiro. Já foram identificadas dezenas de nomes, incluindo muitos deputados federais.

Lando quer definir com Delcídio formas de cooperação entre as CPIs



Amir Lando, eleito presidente, prometeu "mais investigações e menos palanques"



Deputado Ibrahim Abi-Ackel, do PP de Minas Gerais, foi escolhido relator da comissão

Dirigentes da CPI são experientes

O presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), advogado, é catariense e tornou-se nacionalmente conhecido em 1992, quando foi relator da CPI do PC Farias, que acabou levando o então presidente Fernando Collor ao *impeachment*. Antes, elegeu-se deputado estadual (1982) e deputado federal constituinte (1986).

Ele chegou ao Senado pela primeira vez como suplente, depois da morte do senador Olavo Pires. É membro da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), já foi relator-geral do Orçamento da União e ocupou, até o início do mês, o cargo de ministro da Previdência do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Abi-Ackel tem 36 anos de vida pública

Já o relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), jurista e professor universitário, foi procurador-geral da prefeitura de Belo Horizonte e ministro da Justiça do governo do presidente João Figueiredo. Há 36 anos se dedica à política, boa

parte do tempo filiado à extinta Arena, quando foi vereador, deputado estadual e federal. Deputado federal em 87, foi um dos membros da concorrida Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Constituição.

Por sua vez, o vice-presidente da CPI do Mensalão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), também passou por quase todos os cargos eletivos até chegar à Câmara dos Deputados, sempre pelo PT. Jornalista e técnico agrícola de Santa Maria (RS), foi vereador, deputado estadual e vice-prefeito.

Ex-mulher de deputado diz que Costa Neto criou "mensalão"

Em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, Maria Christina Mendes Caldeira afirmou que o suposto esquema do "mensalão" foi concebido pelo ex-marido dela, o presidente nacional do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), em parceria com o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) e com o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares. Ela revelou também que empresários de Taiwan, para obter influência no governo, teriam doado US\$ 2 milhões para Costa Neto e Delúbio, que se encontravam com frequência.

— Quando eu era casada com ele [de 2003 a 2004], não existia o nome "mensalão"; mas agora que os fatos estão surgindo na imprensa, eu percebi que era disso que se tratava — explicou.

Christina disse que Costa Neto buscava "malas cheias de dólares" em São Paulo e depois viajava em aviões fornecidos pelo empresário Fernando Simões. Uma pasta de dinheiro teria sido entregue pelo seu ex-marido ao deputado Remi Trinta (PL-MA).

Bingos fazem lavagem de dinheiro

A promiscuidade entre políticos e grupos criminosos, a utilização de "laranjas" pelo crime organizado e a facilidade de importação de equipamentos como caça-níqueis foram indicadas pelos procuradores regionais da República ouvidos pela CPI dos Bingos como os maiores obstáculos no combate a esse tipo de crime. Eles apontaram também como é feita a lavagem de dinheiro por meio dos bingos e das casas de jogo.

De acordo com o procurador Ronaldo Meira de Vasconcelos, os bingos tomam empréstimos para financiar o jogo, mas depois de passarem por operações de *factoring*, voltam para as mãos do crime organizado, que inclui até o tráfico de drogas. Todas essas atividades, continuou, ajudariam a consolidar o apoio oficial à contravenção por meio

do financiamento de campanhas eleitorais de muitos políticos.

O procurador José Pedro Taques e os demais depoentes sugerem que o Congresso aprove legislação que dê ao Ministério Público e a Polícia Federal condições de combater o crime.

Segundo o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), a audiência dos procuradores, que há anos investigam irregularidades relacionadas a jogos de azar e lavagem de dinheiro, ajuda a comissão a encontrar o melhor rumo para as investigações.

A CPI também tomou o depoimento do ex-presidente da Loteria do Estado do Rio Grande do Sul (Lotergs) José Vicente Bri-

zola. Ele afirmou que foi pressionado pela então senadora Emilia Fernandes (PT) a obter recursos junto a concessionários públicos de loterias para a campanha eleitoral da chapa majoritária do PT em 2002.

Ele sugeriu à CPI a quebra de sigilos telefônico, fiscal e bancário da ex-senadora. Ele comparou sua atuação à frente da Lotergs com a de Waldomiro Diniz na subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, afirmando que ambos eram artífices de interesses do PT. José Vicente afirmou ter convicção de que o deputado José Dirceu é o principal mandante das operações de caixa dois do PT. "Eu fui o primeiro a ter coragem de denunciar."

Ex-diretor da Lotergs confirma que PT pediu doações aos bingos



Efraim Morais (E) e Garibaldi Alves (D) ouvem depoimentos de procurador da República à CPI

Waldomiro Diniz depõe à comissão no dia 11 de agosto

O depoimento mais esperado na CPI dos Bingos, do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência, Waldomiro Diniz, foi marcado para 11 de agosto. Waldomiro foi flagrado em gravação pedindo propina ao empresário de jogos Carlinhos Cachoeira.

No dia 2, a partir das 10h, a CPI ouve o ex-dirigente da Gtech do Brasil, multinacional que operava os sistemas de loteria da Caixa desde a década de 90, cujos contratos foram colocados sob suspeita. O jornalista e ex-assessor de Carlinhos Cachoeira Mino Pedrosa também deve depor no início de agosto, assim como o presidente da Caixa, Jorge Mattoso; o ex-assessor da Caixa e ex-consultor da Loterj José Luiz Quintães; e o consultor Rogério Buratti.

Já foram aprovadas, pela CPI, as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de empresas e pessoas. Segundo o vice-presidente, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), nesta semana a comissão se dedicará a analisar os documentos já solicitados e só após a análise desse material será possível progredir com os trabalhos.

CRISE POLÍTICA Senadores dizem querer evitar que petistas usem dinheiro do Fundo Partidário misturado com caixa dois



Arthur Virgílio e José Agripino foram ao TSE pedir a suspensão de repasses do Fundo Partidário ao PT, que admitiu caixa dois

TSE analisa pedido da oposição contra o PT



Os líderes José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) entregaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

o pedido de suspensão de repasses do Fundo Partidário ao PT. O pedido tem como base a denúncia de que o PT teria operado caixa dois na campanha, com recursos de empréstimos intermediados pelo empresário Marcos Valério, garantidos por contrato entre uma firma de publicidade do empresário e os Correios.

– A sanção é inevitável – garantiu o líder do PFL, para quem ainda não há razões para pedir a cassação do registro do partido.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, disse que o objetivo da oposição é impedir que o PT possa utilizar os recursos do Fundo Partidário misturando-o com recursos de "caixa

dois" e fazendo parecer que era só "caixa um".

– O PT tem 820 mil filiados e uma bancada federal expressiva. O partido todo não pode pagar pelos erros de alguns – declarou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Sibá declara que vai acionar o PFL

Para o senador Sibá Machado (PT-AC), com esse ato, PSDB e PFL sinalizam que querem extinguir o PT, o que foi negado por Virgílio. Ele anunciou que, como reação, vai acionar o PFL contra dispositivo do estatuto do partido que permite que funcionários públicos filiados à legenda descontem em folha a contribuição partidária.

– O PFL arrecada com o desconto da contribuição dos seus afiliados em folhas de pagamento e quer usar uma espécie de volta da Lei Falcão contra o PT? – questionou, informando que, de acordo com

a ação que levará ao TSE, "o PFL terá 30 dias para retirar do seu estatuto o dispositivo que permite a contribuição compulsória".

Para o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o país está revoltado com as mentiras do PT, seja dos dirigentes ouvidos no CPI dos Correios, seja das promessas de campanha não cumpridas.

– No Piauí, o governador é do PT. Foi empossado em meio a grande esperança do povo, pois se pensava que ele iria levar muito investimento federal para o estado. Nada disso aconteceu – lamentou o senador piauiense.

Os recursos do Fundo Partidário são distribuídos de acordo com o número de deputados federais que cada partido elegeu. Em 2004, o PT recebeu mais de R\$ 23 milhões e, em 2005, mais de R\$ 11 milhões. Calcula-se que um ano de suspensão do repasse dos recursos significaria menos R\$ 35 milhões no caixa do partido.

Para ACM e Mão Santa, PMDB deveria se afastar da crise

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) demonstraram preocupação quanto à proximidade do PMDB com o governo. Antonio Carlos interpreta que "o governo caminha a passos largos para piorar a sua situação, levando consigo, infelizmente, o PMDB", enquanto Mão Santa adverte que "o PMDB não admite que o PT tente cooptá-lo ou corrompê-lo em busca de apoio".

O senador piauiense destacou ainda que falta unidade de comando e direção ao governo, que não encontra essa

característica no presidente. Mão Santa também condenou a declaração de Lula de que "o que a direção do PT fez é feito no Brasil sistematicamente".

Mesmo sem querer o *impeachment* do presidente, o senador Antonio Carlos Magalhães entende que "defender Lula é impossível, porque tudo no PT é feito sob a égide do presidente".

– O presidente também tem de explicar o caso da Gamecorp, empresa que recebeu R\$ 5 milhões da Telemar e da qual o filho dele é sócio – assinalou.

Divergências sobre gastos de campanha

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) reagiram às declarações do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), de que os gastos de campanha declarados por eles seriam fictícios. Ambos negaram ter sonogado informações ao Tribunal Superior Eleitoral.

– Fiquei impressionado com a forma, o tom e o conteúdo do pronunciamento, incompatível com o decoro parlamentar – afirmou Mercadante, acusando o colega de deslealdade.

Mercadante informou que, entre os 54 senadores eleitos em 2002, foi o vigésimo quinto que mais gastou na campanha e acredita

que seu nome foi citado por ser o líder do governo. Segundo o senador, além de sua declaração pessoal, o PT informou ao TSE despesas de R\$ 3,4 milhões na campanha no estado de São Paulo.

Em resposta, Virgílio disse que, ao contrário dos senadores petistas Paulo Paim (RS) e Ideli Salvatti (SC), Mercadante não foi solidário com ele quando o deputado Henrique Fontana (PT-RS) denunciou que a Skymaster, empresa suspeita de superfaturamento no contrato com os Correios, teria contribuído para a sua campanha.

A reação de Jefferson Péres a Virgílio foi reafirmar o valor de sua declaração de gastos, de R\$

149 mil.

– Como a prestação de contas do senador Arthur Virgílio foi de R\$ 1 milhão, creio que ele ficou incomodado com possíveis comparações – disse, ao ponderar que sua campanha priorizou Manaus, onde teve grande votação. Jefferson observou, no entanto, que não foi computada em sua prestação de contas a estrutura de apoio que obteve da sua coligação.

Virgílio disse que havia citado as declarações de gastos de campanha de Jefferson e do candidato a senador Bernardo Cabral justamente porque ambos tiveram despesas cobertas pelo governador do Amazonas, Eduardo Braga.

Senadores esperam a expulsão de Delúbio Soares

Da tribuna do Plenário, diversos senadores pediram a expulsão do ex-tesoureiro Delúbio Soares do PT.

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), as evidências são suficientes para a expulsão. Ela anunciou que, caso seja considerado inocente no futuro, voltará à tribuna para se desculpar.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) lamentou que a Executiva Nacional do PT tenha decidido manter Delúbio no partido.

– Conheço pessoas no PT da maior dignidade e sinto-me envergonhado por elas, por terem em sua companhia, naquele partido, pessoas como Delúbio Soares – disse o senador.

Para Azeredo, crise levou governo à paralisia

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) entende que o funcionamento de três CPIs não justifica que o governo fique "de braços cruzados". Ele adverte que, caso permaneça imobilizada, a atual administração será breve.

Como exemplos, Azeredo citou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações que já acumula mais de R\$ 4 bilhões sem promover a inclusão digital. Outros R\$ 4 bilhões da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) estão acumulados enquanto as estradas "desmoronam".

Azeredo lamentou que as propostas de reforma tributária e de parcelamento de débitos fiscais estejam "no limbo".

Oposição critica linha de defesa de Lula e petistas

Os senadores de oposição reagiram mal à linha de defesa adotada por petistas e governo para a crise: a da existência de caixa dois, admitida por Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério. Alvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, acusou o presidente Lula de participar de acordo com o tesoureiro licenciado do PT e com Marcos Valério.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que Lula "comete um erro ao fazer seu governo endossar defesa meramente jurídica de Delúbio Soares, em um processo que é eminentemente político, ético e moral".

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) se disse "entristecido" com a entrevista do presidente no *Fantástico*, na qual o presidente afirmou que o partido "fez apenas o que se faz no Brasil sistematicamente". Heráclito Fortes (PFL-PI) achou estranho o fato de Lula ter concedido entrevista sobre denúncias contra seu governo somente a uma produtora francesa, na recente visita à França. José Jorge (PFL-PE) acusou o governo de mentir sobre as denúncias de corrupção. E o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse não ter mais dúvidas de que Lula "sabia de tudo", ao referir-se às denúncias de corrupção praticada por integrantes do PT.



Romeu Tuma

Governistas asseguram que presidente quer apurar tudo

Senadores da base de apoio ao governo, Renan Calheiros (PMDB-AL), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) observaram que as CPIs não afetaram a normalidade institucional no país. Segundo eles, o presidente Lula deseja que todas as denúncias sejam investigadas.

Renan, na condição de presidente do Senado, acredita que as investigações das CPIs estão se conduzindo como a sociedade deseja. Ele recomendou a contratação de peritos e auditores, além da integração do trabalho das três CPIs.

Líder do governo no Senado, Mercadante analisa que as agressões contra o governo em Plenário não contribuem para o debate. Ele observou que a atitude política de cada um é importante para preservar as instituições, entre elas a Presidência da República. Mesmo com as denúncias, disse, o povo confia no presidente Lula pela sua longa história de vida.

Suplicy frisou a disposição de Lula de ver a verdade desvendada por inteiro. Ele sugeriu ao presidente que conceda nova entrevista com a participação de todas as emissoras. Como Renan, Suplicy destacou que as instituições do país estão funcionando, aprofundando as investigações, sem ameaças de golpes.



Eduardo Suplicy

CRISE POLÍTICA

César Borges: Delúbio demonstra cinismo

Ao comentar na quarta-feira o depoimento do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares na CPI dos Correios, o senador César Borges (PFL-BA) afirmou que as explicações dadas por ele são "uma demonstração de cinismo". O senador citou como exemplo a afirmação do ex-tesoureiro de que o uso de caixa dois nas campanhas eleitorais do PT somente teria ocorrido depois de 2002.

Para César Borges, os recentes depoimentos do empresário Marcos Valério, acusado de ser um dos principais operadores do "mensalão", e de Delúbio "são uma farsa montada por algum advogado". O objetivo: restringir o escândalo ao âmbito do crime eleitoral.

– O senhor Delúbio, quando se nega a dizer qual a destinação dos cerca de R\$ 40 milhões que teriam sido captados, segundo ele, a partir de empréstimos, coloca sob suspeição os membros do PT e da base aliada – frisou.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) manifestou a perplexidade dos próprios petistas com o episódio.

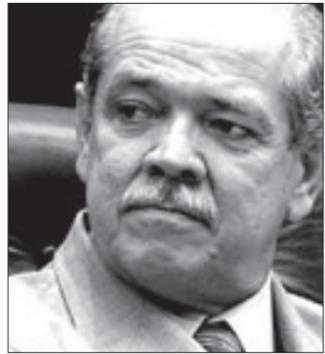
– Essas pessoas traíram nossa confiança e, por isso, estamos perplexos, tanto quanto o presidente Lula – afirmou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) acusou Delúbio e o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira de negarem informações à CPI dos Correios e tramarem um golpe jurídico com seus advogados para se livrar da prisão.

De acordo com o senador,

Delúbio e Sílvio baseiam-se na possibilidade de serem acusados apenas por prática de crime eleitoral pelo fato de terem arrecadado dinheiro não contabilizado e contando com o fato de a eleição já ter acontecido, o que os tornaria livres da Justiça.

O senador cobrou da cúpula do PT uma reação condizente com o



Para César Borges, explicações de petistas são "farsa montada por algum advogado"

passado do partido, que, por 25 anos, teve a credibilidade junto à população.

– Queremos a verdade. Afinal, todos confiaram em Lula – concluiu Simon.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo com base em recentes denúncias de corrupção. Ele lamentou que ainda não tenha sido realizada nenhuma prisão e criticou os depoentes que se apresentaram à CPI dos Correios amparados por *habeas corpus*.

– Todos vêm aqui com direito de mentir – criticou o senador.

Heloísa quer expediente de segunda a sexta-feira

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) propôs na terça-feira que os trabalhos dos parlamentares sejam realizados de segunda a sexta-feira, para que a atuação simultânea das três comissões parlamentares de inquérito (CPIs) recentemente criadas não atrapalhe as atividades do Congresso.

– Sei que existe uma preocupação muito grande com relação aos trabalhos legislativos, mas todos nós que somos honestos intelectualmente sabemos que uma CPI não paralisa os trabalhos parlamentares, e que uma CPI não funciona quando há votação em Plenário – declarou.

A senadora ressaltou que "ninguém pode reclamar de cansaço nem de salário por trabalhar de segunda a sexta, porque se for para fazer isso, que se compare a situação dos congressistas com a daqueles que recebem salário mínimo e convivem com a angústia

e o sofrimento da população".

– Tenhamos a coragem e a vergonha de trabalhar de segunda a sexta, como o faz a grande maioria dos brasileiros, e com um salário muito menor que o dos parlamentares – acrescentou.

Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a instalação da CPI do Mensalão, na última quarta-feira, deve tumultuar ainda mais a rotina dos parlamentares e dificultar a tramitação de projetos. O senador reconheceu, no entanto, a importância das CPIs para desvendar os atos ilícitos denunciados. Ele disse que é preciso encontrar uma solução para minorar as conseqüências de tantas comissões.

– Não sei se unindo as CPIs, ou deixando somente duas, mas é preciso achar uma saída para que continuemos cumprindo com os nossos compromissos com a população – propôs Suassuna.

Virgílio recebe pó parecido com antraz

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, manifestou na sexta-feira, em Plenário, sua apreensão com o envio para o seu gabinete de "envelope de cor parda contendo um pó branco", que visualmente pode ser comparado ao antraz, substância causadora de doença mortal, motivada pela bactéria *Bacillus Anthracis*, que contamina por meio de contato com a pele.

Conforme informou, a Polícia do Senado foi acionada para remover o envelope e levá-lo a exame. O senador atribui o fato a um "tipo de terrorismo" que estaria sendo praticado por pessoas denunciadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Ele observou ainda que um envelope com o mesmo conteúdo foi enviado ao gabinete do deputado Rodrigo Maia (RJ), líder do PFL na Câmara dos De-

putados.

– Enquanto isso, meu chefe de gabinete está em observação e deverá tomar até antibióticos preventivamente, uma vez que pode ter sido contaminado. Pode até ser talco Johnson, mesmo assim, considero esse ato uma forma de terrorismo de quem está desesperado. Quem está desesperado

pode até brincar com a vida dos outros – disse.

Virgílio ressaltou, porém, que atitudes dessa natureza não irão modificar a forma de atuação do PSDB na CPI.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) comentou o discurso em que Arthur Virgílio denunciou o envio de envelopes com pó branco para o seu gabinete. Augusto Botelho, que é médico,



Arthur Virgílio afirma que ato é terrorismo contra sua atuação na CPI dos Correios

disse que somente a ameaça, mesmo que o pó seja inofensivo, já é uma forma de terrorismo.

– Começaram a chegar envelopes de pó branco no gabinete do senador Arthur Virgílio. Isso é uma forma de luta política chamada terrorismo, espero que esse pó seja inofensivo, pois o antraz é letal. A cada 10 pessoas infectadas por antraz, nove morrem – alertou Augusto Botelho.

Delcídio rejeita vinculação com denúncia da Folha

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, rejeitou qualquer vinculação com denúncia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* na sexta-feira. Segundo o jornal, Roberto Costa Pinho, que coordenou a campanha de Delcídio em 2002 por menos de dois meses, consta na lista de sacadores das contas no Banco Rural da agência SMP&B, do empresário Marcos Valério, acusado de operar o "mensalão".

– São duas coisas completamente diferentes. Uma coisa é o que aconteceu em 2002 [a campanha], outra em 2003 [os saques]. Estou seguro com re-

lação aos meus atos e com tudo aquilo que aconteceu nos 45 dias que ele trabalhou comigo – disse Delcídio.

Roberto Pinho, de acordo com o senador, foi por 45 dias seu coordenador de *marketing*, mas acabou dispensado por "uma questão de método e de pontos de vista diferentes com relação à campanha". Nesse período, o senador também foi fiador de Roberto em um contrato de aluguel de imóvel. De acordo com a reportagem da *Folha*, ele realizou cinco saques entre 22 de setembro e 17 de dezembro de 2003, totalizando R\$ 350 mil.

Mercadante afirma que não pegou empréstimo do PT

Ao fazer uma crítica do que considerou "adrenalina por escândalos" por parte da imprensa brasileira diante da atual crise política, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) respondeu a matérias publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, segundo as quais o Partido dos Trabalhadores teria concedido a ele empréstimo pessoal a juros zero. Ele afirmou que nunca pegou dinheiro com o PT. O parlamentar atribuiu ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR) o repasse dessas informações aos jornalistas. Alvaro esclareceu que não passou informação

nenhuma.

Mercadante explicou que o que está contabilizado na prestação de contas do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral como empréstimos a terceiros trata-se de um adiantamento de diárias concedido a ele em setembro de 2001. Segundo ele, o partido adiantou R\$ 3.700 para pagamento de passagem e diárias para missão oficial do partido, à época em que era secretário de Relações Exteriores do PT.

– Nunca aceitei dinheiro do PT. Eu ressarci esse valor ao partido com dinheiro do meu bolso.



Alvaro Dias: "mensalão" é relação espúria entre Executivo, Congresso e partidos políticos

Alvaro diz que ninguém mais duvida que o "mensalão" existe

Diante dos últimos indícios e provas levantados pela CPI dos Correios, disse na sexta-feira em Plenário o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), é bem provável que nenhum brasileiro atualmente duvide da existência do "mensalão".

– A cada dia o povo constata que esse tipo de corrupção, o "mensalão", é uma relação espúria entre o Poder Executivo, o Congresso e partidos, que deve ser apurada a fundo, com punição exemplar aos culpados – afirmou.

O senador manifestou a certeza de que a CPI dos Correios – da qual é membro titular – "não acabará em *pizza*". É que a toda hora, observou, a secretaria do colegiado recebe documentos e informações que atestam o agravamento da crise e dão força para que os trabalhos prossigam com rigor.

CORRUPÇÃO - O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou que não há mecanismos eficientes que impeçam, em curto prazo, a ação dos corruptos. Para ele, a legislação brasileira e as ações da polícia são falhas, passíveis de interferência política "a troca de vantagens" e têm diversos meios de procrastinação.

PROJETO - O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sustentou a necessidade de leis que bloqueiem cada vez mais a corrupção no país. Para isso, pediu apoio dos seus pares para projeto de sua autoria que obriga nomeados para cargos públicos, candidatos eleitos e empresas que fazem negócios com o Poder Executivo a quebrar seu sigilo bancário.

JOGO - O senador Magno Malta (PL-ES) enfatizou sua opinião contrária às proposições apresentadas no Congresso que visam legalizar o jogo de azar no Brasil. Ele argumentou que o país não está preparado para reprimir a contravenção e a difusão de crimes que se agregam em torno da "jogatina".

CONTRIBUIÇÃO - O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que todos os candidatos deveriam colocar na Internet as contribuições eleitorais que estiverem recebendo, tornando suas prestações de contas transparentes. Ele pediu que conste dos Anais do Senado sua prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral, onde informa que gastou R\$ 379.606,00 para se eleger senador em 1998.

ORDEM DO DIA



JANE ARAÚJO

Com o apoio do presidente Renan (C), governo consegue viabilizar matérias orçamentárias

Congresso aprova dez projetos de lei

Mesmo em uma semana conturbada pelos depoimentos nas CPIs dos Correios e dos Bingos e pelas negociações para o funcionamento da CPI do Mensalão, o Congresso Nacional exibiu vitalidade. Por acordo de líderes, votou nada menos do que dez projetos de lei, dos quais nove de abertura de créditos ao Orçamento deste ano, no montante de R\$ 565,18 milhões, e um para incluir algumas carreiras no plano de reestruturação de cargos e salários do Executivo.

Foram duas sessões na última quarta-feira. Requerimentos

de urgência tornaram possível aprovar em Plenário matérias que ficaram emperradas na Comissão Mista de Orçamento (CMO) depois que o seu presidente, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu examinar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 somente no dia 2 de agosto.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, selou o destino da LDO. Ele declarou que o Congresso só votará o substitutivo elaborado pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG) após a sua deliberação na CMO, apesar de haver precedente como o

de 1991, em que o projeto com as diretrizes ao Orçamento de 1992 foi examinado diretamente no Plenário.

No entanto, houve abertura para que as lideranças do governo no Congresso, com o apoio de Renan, viabilizassem matérias orçamentárias importantes (*leia textos abaixo*), como os créditos suplementares que asseguram o reajuste dos juízes e dos procuradores da União, a compra de aeronaves pelo Ministério da Defesa e a subscrição de capital na recém-criada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás)

Recursos para reajustes de juízes e promotores

Os créditos suplementares que viabilizam os reajustes salariais dos magistrados e dos procuradores do Ministério Público da União (MPU) foram aprovados em rápida sessão do Congresso – cerca de 20 minutos. O reforço orçamentário de R\$ 184,2 milhões para a magistratura e de R\$ 177,2 milhões para o MPU projeta o efeito financeiro decorrente do novo teto para a remuneração da administração pública federal fixado em lei, ainda não sancionado pelo presidente da República.

Os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República sobem de R\$ 19.115,19 para R\$ 21,5 mil, retroativos a janeiro deste ano, e funcionam como teto para a remuneração do funcionalismo. O mesmo projeto de lei que estipulou esse aumento prevê a elevação desse subsídio para R\$ 24,5 mil em 2006. Segundo o ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) Grijalbo Coutinho haverá reajuste médio de 25% para os demais segmentos da magistratura.

Coutinho explicou que há juízes que recebem acima do teto, principalmente das esferas estadual e federal. “Os seus ganhos terão de ser reenquadrados. Mas ainda não temos idéia de quanto será essa redução”, afirmou. A fixação de teto com base no salário do presidente do Supremo é antiga aspiração da magistratura que, na avaliação de Coutinho, permite à sociedade saber com transparência qual o maior ganho da administração pública.

Salários de ministros do Supremo sobem para R\$ 21,5 mil

Aprovados R\$ 204 mi em crédito suplementar

Em sua última sessão deliberativa de julho, na noite de quarta-feira, o Congresso aprovou seis projetos de lei liberando créditos suplementares de R\$ 203,88 milhões – além dos recursos para reajustes de juízes e promotores.

O maior valor autorizado suplementa o orçamento do Ministério da Defesa em R\$ 104,46 milhões para cumprir contratos de compra de 13 aeronaves da Embraer. Os aviões deverão ser usados para reativar rotas do Correio Aéreo Nacional e transportar pessoal e material das Forças Armadas, no lugar de aviões com 28 anos de uso.

Outro crédito suplementar, de R\$ 40,62 milhões, irá atender principalmente obras da Justiça Eleitoral em várias localidades do país, bem como gastos com pessoal (R\$ 17,63 milhões) e reajustes de contratos para a construção de sedes regionais da Justiça Federal e para a modernização dos equipamentos de informática (R\$ 11,84 milhões).

Entre os três créditos especiais aprovados, um deles, de R\$ 13,27 milhões, permite que a União integralize o capital social da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), criada em dezembro passado.

Também foram autorizados créditos de R\$ 38,01 milhões no orçamento das estatais e de R\$ 7,5 milhões em favor da Câmara dos Deputados e das justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho. O último projeto acolhido inclui as carreiras da área de meio ambiente, do Corpo de Bombeiros dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, e da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal no plano de reestruturação de cargos do Executivo Federal.

MP do auxílio-doença é rejeitada e vai tramitar como projeto

Por acordo de líderes, o mérito da Medida Provisória (MP) 242/05, cuja eficácia está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), foi transformado em projeto de lei. A MP editada pelo governo tinha como objetivo principal a busca de novos procedimentos relacionados ao problema do déficit da Previdência Social e, em particular, dos gastos com o auxílio-doença.

O relator da matéria, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou parecer pelo não atendimento

Mudança dará mais tempo para discussão do problema do déficit

dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MP, que foi rejeitada. O senador disse que o acordo foi firmado porque a MP vence em 25 de julho – o que impossibilitaria sua aprovação em tempo hábil caso a matéria fosse modificada e voltasse para a Câmara dos Deputados –, além de não haver acordo com a oposição para sua votação.

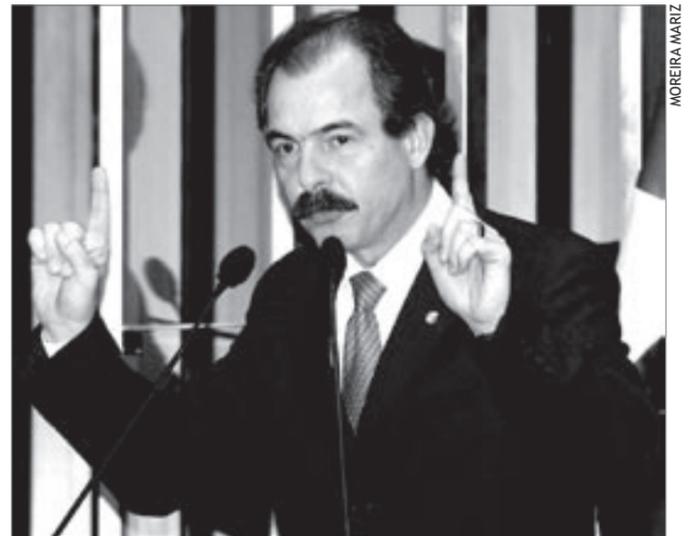
Mercadante explicou que, até 2001, a Previdência gastava com o auxílio-doença R\$ 2,5 bilhões em média e, atualmente, o valor chega a mais de R\$ 10 bilhões.

O senador salientou que houve crescimento exponencial em razão da forma e dos procedimentos que a Previdência passou a adotar. A falta de médicos peritos e a terceirização do parecer dos médicos, apontou Mercadante, geraram deformação muito grande no sistema, que não consegue absorver esses gastos. A situação abriu espaço

para fraudes que, de acordo com o parlamentar, tentou-se reverter com a edição da medida provisória.

Aloizio Mercadante afirmou que durante a tramitação do projeto de lei sobre o tema – que foi apresentado por ele na mesma sessão e seguirá para a apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – será possível uma discussão mais detalhada do problema do déficit previdenciário relacionado ao auxílio-doença.

Os senadores opositoristas Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Jorge (PFL-PE) e Demostenes Torres (PFL-GO) comemoraram a rejeição da MP e a transformação de seu mérito em projeto de lei.



MOREIRA MARIZ

Aloizio Mercadante explica que os gastos previdenciários relacionados ao auxílio-doença quadruplicaram desde 2001

Senado acata verba contra conflitos no Pará

O Senado aprovou na quarta-feira a medida provisória (MP 244/05) que destina R\$ 20,3 milhões para apoiar as ações das Forças Armadas e das polícias Militar e Civil no estado do Pará, onde há sérios conflitos pela posse de terras envolvendo posseiros, trabalhadores sem terra e empresas madeireiras.

Os conflitos são antigos, mas se intensificaram no início deste ano, havendo inclusive o assassinato de uma liderança local atuante – apontou o líder do governo, Aloizio Mercadante, que relatou a matéria em Plenário

e apresentou voto favorável à aprovação.

O senador se referia ao assassinato da freira norte-americana Dorothy Stang, morta em fevereiro em razão de suas ações em prol dos trabalhadores sem terra e da preservação do meio ambiente.

Mercadante argumentou que os conflitos que ocorrem no Pará justificam a abertura do crédito extraordinário (não previsto no Orçamento) e que o Exército tem promovido atendimento médico e odontológico para a população da região.

DESARMAMENTO Frentes parlamentares defenderão os dois lados da questão no referendo marcado para outubro

Definidas regras para as campanhas

O Congresso já definiu as regras de criação das duas frentes parlamentares que vão orientar a sociedade brasileira no referendo popular que vai aprovar ou não a proibição da venda de armas de fogo e munição no Brasil.

As duas frentes vão organizar suas campanhas e terão horários reservados em emissoras de TV e rádio. São elas: a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas e a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa. As duas organizações já definiram seus estatutos e estão organizando as campanhas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, preside também a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas e é um dos parlamentares mais empenhados no desarmamento. Foi dele a iniciativa de propor consulta popular sobre a venda de armas. Renan também pressionou a Câmara para aprovar o referendo a tempo de realizá-lo em 23 de outubro.

— O Congresso faz o que a sociedade exige. Mais do que enfrentar

uma indústria poderosa, essa é a primeira vez que ouviremos a população sobre um tema que lhe afeta diretamente — afirmou.

Além de senadores e deputados federais, parlamentares estaduais e municipais favoráveis à proibição da venda de armas poderão juntar-se à frente presidida por Renan, para auxiliar a elaboração e a divulgação de campanhas pró-desarmamento em todo o país.

População será ouvida sobre algo que a afeta diretamente, afirma Renan

Do outro lado, estão os parlamentares contrários ao desarmamento. O presidente da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF), acredita que

o Estatuto do Desarmamento já dificultou o comércio de armas no país e que o fim das vendas legais vai apenas institucionalizar o mercado clandestino.

Os parlamentares contrários ao desarmamento criaram o slogan "Desarme-se e seja um alvo fácil". Para eles, o Estatuto do Desarmamento impede que o cidadão atue em legítima defesa, quando proíbe em definitivo a venda de armas.

Tribunal Superior Eleitoral já definiu prazos para referendo

O presidente em exercício do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luiz Carlos Madeira, aprovou dez das 12 instruções que vão regulamentar o referendo e uma delas define o calendário de atividades. A partir de 23 de setembro, terá início a veiculação do horário eleitoral gratuito, como nas eleições convencionais. Segundo o tribunal, os trabalhos devem se intensificar a partir de 1º de agosto com o retorno do presidente Carlos Velloso e o fim do recesso.

As instruções que ainda precisam ser aprovadas tratam da propaganda eleitoral nas semanas que antecedem a votação e da prestação de contas. O TSE deve ratificar as instruções, em 1º de agosto.

O TSE autorizou a formação

de duas frentes parlamentares; uma favorável e uma contrária à proibição da venda de armas, cujos representantes deveriam ser indicados até o dia 23 de julho. A partir de agosto, as duas frentes poderão veicular, em rádio e TV, propagandas para convencer os eleitores.

Pelo calendário, o último dia para o cadastro de novos eleitores foi dia 23 de julho. A partir de 8 de setembro, o tribunal poderá requisitar intervalo de até 15 minutos às emissoras de TV e rádio, durante os quais serão divulgadas instruções ao eleitorado.

Em 23 de outubro, a votação começará às 8 da manhã e vai até às 5 da tarde. A expectativa do TSE é de que o resultado seja divulgado na madrugada do dia 24.

Veja aqui um histórico do Estatuto do Desarmamento

Com o intuito de criar uma lei para restringir a venda de armas de fogo, foi criada a Comissão Mista Especial do Porte de Armas, instalada em julho de 2003. A comissão foi presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) e teve como relator o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). A matéria também foi apreciada pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e teve como relator o senador César Borges (PFL-BA).

Em apenas 15 dias, a comissão mista aprovou o parecer do deputado Greenhalgh. Seu parecer acompanhou o relatório de César

Borges, que apresentou substitutivo incluindo as propostas apresentadas anteriormente sobre o mesmo assunto. O estatuto foi aprovado pelos senadores em 23 de julho de 2003. Proibia o porte no país e determinava que um referendo popular decidiria, em 2005, sobre a proibição da venda de armas de fogo.

Aprovado no Senado, o Estatuto do Desarmamento foi enviado à Câmara, onde também foi acolhido, mas com alterações. Os senadores revisaram as mudanças e aprovaram a redação final do estatuto em 9 de dezembro de 2003. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.



Integrantes do movimento Brasil Sem Armas em vigília ecumênica de oração na Câmara

Eleitor de baixa renda é o mais favorável

Se o referendo popular que vai decidir sobre a venda de armas de fogo e munição no Brasil fosse realizado hoje, a comercialização desses produtos estaria abolida. Segundo pesquisa divulgada em 19 de julho pelo Ibope, 81% dos entrevistados responderiam "sim" à pergunta "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" A pesquisa foi realizada entre 14 e 18 de julho com 2.002 eleitores em 143 municípios das regiões Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul.

A aceitação da proposta do

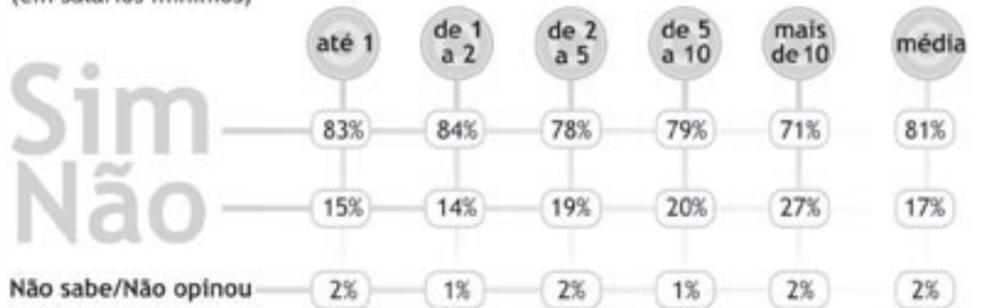
desarmamento é maior entre as mulheres: 86% das entrevistadas são favoráveis à proibição, ao passo que o percentual de homens favoráveis é de 76%.

Divididos por região, os principais opositores à proibição são os eleitores da região Sul, onde 27% rejeitam a ideia de proibir a venda de armas.

O Ibope também classificou os eleitores de acordo com a importância político-econômica dos municípios. Nas capitais, 18% dos eleitores são contra o desarmamento, enquanto em municípios de periferia esse percentual cai para 15%.

Os entrevistados foram divididos ainda em função da renda familiar. A aceitação do desarmamento é ligeiramente maior entre a população de baixa renda. A pesquisa mostrou o apoio de 83% dos eleitores com renda familiar de até um salário mínimo. Entre os entrevistados da chamada classe média — famílias com renda entre cinco e dez salários mínimos —, o fim do comércio de armas tem aceitação de 79%. Já entre os eleitores de famílias com renda superior a dez salários mínimos, o índice de aceitação desce para 71%.

A opinião sobre o desarmamento, de acordo com a renda familiar — (em salários mínimos)



Fonte: Ibope

Renan comemora resultado de pesquisa

O presidente do Senado, senador Renan Calheiros, comemorou o resultado de pesquisa do Ibope divulgada em julho. O resultado aponta que oito em cada dez entrevistados mostraram-se favoráveis à proibição da venda de armas de fogo e munição no Brasil. Renan também é presidente da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas e é um dos maiores simpatizantes do desarmamento. Para ele, o resultado é indicativo de como a população se manifestará no referendo marcado para outubro.

— Eu vejo isso apenas como um indicativo. A campanha ainda vai começar, nós vamos conhecer ainda as instruções do Tribunal Superior Eleitoral sobre o referendo. O impor-



Renan Calheiros diz que pesquisa é um bom indicativo de como será o referendo

tante é fazer esse debate, dar visibilidade a ele, para que a gente possa ter, como consequência, soluções para o controle das armas no Brasil, dificultando sua circulação, dificultando a entrada em nossa tríplice fronteira, prin-

cipalmente, criando condições para melhorar o nosso sistema de segurança. Como está, não pode continuar — disse.

O presidente lembrou que o Brasil é campeão mundial em homicídios por arma de fogo e afirmou que aqui morrem mais pessoas assassinadas por essas armas do que vítimas do trânsito. "O Brasil é o único país onde isso acontece. Temos de mudar isso."

Para Renan, é muito provável que a proibição ajude a diminuir os índices de criminalidade. Ele entende que essa proibição não vai resolver todos os problemas de segurança pública do Brasil, mas reduzirá os chamados crimes imotivados, isto é, aqueles que acontecem porque uma arma de fogo está à mão.

PLENÁRIO

Prisão de ex-prefeito tucano gera protestos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra a prisão, na quinta-feira, do ex-prefeito de João Pessoa (PB) Cícero Lucena (PSDB) por suspeita em envolvimento num esquema de fraude em licitações.

– O Brasil se transformou em um aparelho policial que prende inocentes e invade empresas e escritórios de advocacia – acusou o senador baiano, ressaltando que os crimes têm de ser punidos, seja quem for o praticante.

Antonio Carlos cobrou da Polícia Federal o esclarecimento sobre a origem e a finalidade dos R\$ 200 mil e US\$ 100 mil apreendidos com um militante do PT em São Paulo.

Ele também disse que é preciso esclarecer as relações entre a Telemar e a Gamecorp, empresa que tem o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre os seus sócios.

O senador ainda fez críticas à Controladoria Geral da União (CGU), mencionando que ela não fiscaliza os Correios, a Petrobras, a Infraero ou o Dnit.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Agripino (PFL-RN) respaldaram as afirmações de Antonio Carlos e sugeriram que a prisão de Lucena pode ter sido motivada por razões políticas.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), procurou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para protestar contra a prisão de Cícero Lucena. O ministro prometeu enviar ao senador os documentos que esclarecem a respeito da prisão.



Antonio Carlos acusa o governo de transformar país em "aparelho policial"

José Maranhão (PMDB-PB) e Efraim Morais (PFL-PB) somaram-se a Arthur Virgílio no protesto pela prisão de Cícero Lucena. Ney Suassuna (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA), Pedro Simon (PMDB-RS), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) também se disseram solidários a Cícero Lucena e sua família.

Mercadante defende ação da Polícia Federal

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que "a operação da Polícia Federal tem amparo judicial e é resultado de uma investigação prolongada". Momentos antes no Plenário, vários senadores protestaram contra a prisão de Cícero Lucena Filho.

Mercadante reconheceu que, "inegavelmente, Lucena já prestou serviços importantes ao

país", mas não concordou com as afirmações de outros senadores, de que a prisão seria um ato arbitrário e de que Lucena seria um "preso político". Para o líder do governo, tais declarações seriam precipitadas, já que "houve uma decisão da Justiça" ordenando a prisão.

– Não me cabe prejudicar quem quer que seja, mas o que ocorreu foi resultado do trabalho conjunto da Polícia Federal

e do Ministério Público Federal – acrescentou.

O senador ressaltou que a Polícia Federal tem se comportado de "forma republicana", sem discriminação de quem quer que seja. Apesar disso, ele admitiu que a instituição tem cometido exageros, e lembrou a prisão equivocada de um diretor do Ibama. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) também defendeu a ação da PF.

Mozarildo prega reforma política e administrativa

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defende a realização das reformas política e administrativa como forma de encontrar a "cura definitiva", e não apenas um "remédio" para a "corrupção generalizada" no Brasil. Ele afirmou ainda ser importante que as comissões parlamentares de inquérito atualmente em curso no Congresso Nacional continuem seus trabalhos, uma que buscam o mesmo objetivo.

O parlamentar propôs que o Congresso divida a reforma política em dois blocos: um emergencial, abrangendo temas como a fidelidade partidária, o financiamento de campanha, a verticalização e a cláusula de barreira; e um outro, com assuntos como o voto distrital e a eleição por lista fechada, que seria debatido e analisado com calma pela população.

Mozarildo critica a implantação da eleição por lista fechada neste momento, que considerou de crise e de abalo na credibilidade dos partidos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, destaca a necessidade da reforma política, que envolve questões como a fidelidade partidária. Segundo Suplicy, há consenso entre senadores e deputados nesse ponto.

Já o senador Paulo Octávio (PFL-DF) defende a aprovação de emenda constitucional de sua iniciativa com o objetivo de fazer coincidir os períodos de duração de todos os cargos eletivos, fixando-lhes o mandato em cinco anos, sem direito a reeleição.



Mozarildo

Papaléo: momento não é o ideal para as mudanças

Ao avaliar a reforma política em discussão no Congresso, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) reconheceu a necessidade de mudanças institucionais e eleitorais, mas alegou que o momento atual, com diversas CPIs funcionando simultaneamente, não é o mais adequado.

– O governo apresentou a reforma política como se fosse a salvação da lavoura. Mas não devemos realizá-la agora apenas para mostrar à população que estamos fazendo algo para combater a corrupção – argumentou.

Papaléo disse que, em seu modo de ver, todas as denúncias de corrupção que atualmente mobilizam três CPIs poderiam ser apuradas por uma só. Ele acrescentou que a CPI dos Bingos, que já deveria estar concluindo seus trabalhos, só não está porque o governo vinha impedindo sua instalação.

O senador Marco Maciel (PFL-PE), que também defende a reforma política, segue a mesma linha. O parlamentar também pondera que é preciso analisar qual o momento mais oportuno para isto. Para o senador, a realização dessa reforma – que prefere chamar de institucional – é essencial "para restaurar a legitimidade e a credibilidade de que carecem os Poderes da República".

– Fazer reformas em período eleitoral pode parecer casuismo e, no momento de crise atual, é temerário. A reforma política deve ser pautada para o instante em que possa ser feita de forma refletida – preveniu o senador.

Tião Viana elogia gestão de ex-ministro na Saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um balanço da gestão de Humberto Costa (PT) à frente do Ministério da Saúde. Costa foi substituído por Saraiwa Felipe (PMDB) na reforma ministerial.

– [Quero] prestar uma justa homenagem e um justo reconhecimento ao dedicado trabalho de Humberto Costa nesses 25 meses – declarou Tião Viana, destacando a evolução do Sistema Único de Saúde (SUS), que atende hoje a 79% da população que procura por serviços de saúde.

Tião Viana citou alguns resultados que o SUS teria obtido em 2004: 1,2 bilhão de procedimentos de atenção básica; 310 milhões de exames de patologia clínica; 10 milhões de exames de ultra-sonografia; 2,3 milhões de partos; 104 mil procedimentos de alta complexidade em cardiologia e 11 mil transplantes de órgãos, entre outros.

O senador também elogiou o desempenho do programa Saúde da Família, pelo qual o Ministério da Saúde oferece acompanhamento básico à população no atendimento e na prevenção de doenças.

– De 4.161 municípios atendidos no final do ano de 2002, o programa ampliou sua cobertura para 4.837 em junho deste ano – afirmou o senador Tião Viana.



Tião Viana homenageia o "dedicado trabalho" de Humberto Costa no governo

Paim lança Olívio Dutra para o governo gaúcho

Ao registrar a saída de Olívio Dutra do Ministério das Cidades, Paulo Paim (PT-RS) prestou homenagem emocionada ao seu conterrâneo, sugerindo que Dutra se candidate à presidência do partido no Rio Grande do Sul e ao governo do estado.

Paim fez uma retrospectiva da trajetória política de Dutra, destacando sua atuação frente ao ministério, na tarefa de garantir a todos cidadãos brasileiros água tratada, coleta de esgoto e de lixo. O parlamentar considerou a gestão de Dutra "uma das melhores da Esplanada [dos Ministérios]", transformando cidades em ambientes saudáveis

e produtivos.

– Chamado carinhosamente pela gente do Sul de Galo Missionário, ele é a síntese daqueles brasileiros que amam a sua pátria; que levam o cheiro da terra onde nasceram por onde andam. Um homem de caráter. Olívio é um cidadão de raiz – ressaltou.

Em apartes, Tião Viana (PT-AC) e Sibá Machado (PT-AC) também elogiaram o ministro.

Dutra foi substituído por Márcio Fortes, que recebeu elogios em discurso do deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT). Para ele, o novo ministro das Cidades "honra a administração pública brasileira".

Capiberibe propõe a Lula transparência total

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu audiência ao presidente Lula para apresentar a ele uma proposta de redução de gastos públicos por meio da transparência. O governo, declarou o senador, deve tornar visível para o contribuinte, na Internet, as suas despesas.

Capiberibe explicou que a corrupção no poder público ocorre na ponta da receita e na ponta das despesas e frisou que sua proposta é um mecanismo eficiente, já testado no Ministério da Ciência e Tecnologia, que

conseguiu reduzir as despesas de custeio em 20%, segundo informações do ex-ministro Eduardo Campos [do seu partido], que acaba de deixar a pasta.

O senador disse ainda que é preciso decretar a tolerância zero contra a sonegação de impostos e parabenizou a Polícia Federal por suas ações para coibir essa prática. Ele ressaltou a importância do combate à sonegação que vem sendo feito pela PF, afirmando que o problema reduz a capacidade do Estado de atender aos mais necessitados.

AUMENTO SALARIAL - Paulo Octávio (PFL-DF) informou na terça-feira que, após sete meses de espera, a segurança pública do Distrito Federal comemorou a publicação, na segunda-feira, do reajuste salarial de 17% concedido a 30 mil policiais militares e civis e bombeiros, fruto da mobilização das entidades de classe do DF.

IMPOSTOS - Mão Santa (PMDB-PI) criticou a voracidade do governo em arrecadar impostos. O senador observou que embora a economia esteja em um ritmo mais lento, a ânsia de colher impostos do governo não dá sinais de diminuir. Ele lembrou que existem no Brasil 76 impostos diferentes.

PLENÁRIO

Alberto Silva propõe estatal para biodiesel

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs ao governo federal, na semana passada, a criação da Empresa Brasileira de Biocombustíveis (EBBC), para produzir derivados de óleos vegetais como o biodiesel. Em 10 anos, de acordo com o senador, o Brasil poderia produzir seis milhões de barris desse óleo combustível por dia, o equivalente à produção atual de petróleo da Arábia Saudita.

Somente a demanda de óleo da China e Japão, segundo Alberto Silva, seria suficiente para garantir a plantação de 40 milhões de hectares de terras com dendê para produção de biodiesel. Com um hectare de dendê pode-se produzir oito mil litros de óleo, informou o senador.

Ainda de acordo com Alberto



Alberto Silva lembra que só a demanda de óleo da China e do Japão é suficiente para garantir a produção de biodiesel

Silva, o Brasil produz hoje 14 bilhões de litros de álcool por ano e poderá produzir 20 bilhões nos próximos cinco anos e 30 bilhões em dez anos. Por ser renovável, lembrou o senador, o óleo vegetal

será o combustível do futuro.

A EBBC, a seu ver, poderá vir a substituir a Petrobras, pois o petróleo que existe hoje – como observou – será consumido nos próximos 30 anos.

Serys culpa Maggi por desmatamento em MT

O avanço no desmatamento em Mato Grosso aponta para a falta de compromisso do governador Blairo Maggi com o meio ambiente. A afirmação foi feita na semana passada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, de 1º de julho, que relata o problema em detalhes e responsabiliza a política de Maggi.

De acordo com a matéria, o Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais de Mato Grosso “falhou em conter o desmatamento ilegal a partir de 2003, primeiro ano do gover-

no de Blairo Maggi”.

A derrubada de florestas em propriedades rurais cadastradas no sistema no período 2003-2004 foi 50% maior do que nas fazendas que não estavam licenciadas, disse a senadora.

Serys acrescentou que o desmatamento em reservas legais de propriedades – em tese, áreas de proteção – foi o triplo do observado em áreas de conservação.

– Os números sinalizam que o monitoramento não só não inibiu os produtores rurais como pareceu estimulá-los a desmatar – observou a senadora.

Botelho alerta para conflito em Roraima

Ao protestar contra a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol – homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 15 de abril deste ano –, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) leu na semana passada, da tribuna, uma carta do cacique da maloca do Flechal, Lauro Joaquim Barbosa. Na carta, o cacique pede que o governo garanta que os indígenas não sejam expulsos de suas terras e ameça ir à guerra.

“A demarcação de forma contínua da Reserva Raposa Serra do Sol poderá tornar-se sangue por não aceitar-

mos de maneira alguma que os nativos da região sejam expulsos da terra que seus pais deixaram como herança. Somos pessoas humanas, não somos animais que são levados para qualquer lugar”, diz o cacique.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que já tramita no Supremo Tribunal Federal pedido de sustação do decreto presidencial que demarcou a reserva indígena. Mozarildo sugeriu que a carta fosse encaminhada ao presidente Lula, ao presidente do Senado, Renan Calheiros e ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

Presidência



O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu na semana passada a visita do presidente do Senado suíço, Bruno Frick, que estava acompanhado pelo diretor daquela instituição, Christoph Lanz, pelo embaixador da Suíça, Rudolf Baerfuss, pelo ministro Robert K. Steiner, pelo secretário Olivier Zehnder e pela empresária Fides P. Baldesberger.

O senador suíço fez perguntas a Renan sobre a crise política que o Brasil atravessa. Renan explicou que, embora o presidente Lula tenha sido eleito com 61,2% dos votos, o seu partido, o PT, obteve apenas 17%. Isso criou a necessidade de um governo de coalizão, que foi feita com partidos pequenos que não puderam garantir a maioria parlamentar que o governo precisava.

Curtas

PALESTRA - O coordenador-geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso, convidou Renan Calheiros para participar como palestrante de um fórum que está sendo organizado pela entidade e deve ser realizado em setembro. Renan abriria o fórum falando sobre reforma política.

Ao sair do encontro, Reis Veloso disse que o momento não é de ficar assistindo à crise ou ao que acontece nas CPLs. Ele ressaltou que as comissões devem cumprir a sua obrigação e o resto a sociedade deve fazer.

– É muito importante que haja punições, que haja consequências, e nós temos que cumprir a nossa obrigação para que o Brasil tenha uma agenda abrangente - afirmou.

Lobão denuncia retenção de recursos a municípios

O senador Edison Lobão (PFL-MA) reclamou da retenção dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o representante do Maranhão, 54 prefeituras de seu estado são prejudicadas e penalizadas pela Previdência por conta de dívidas feitas em administrações anteriores.

– A nação brasileira começa no município, não em Brasília. O que o governo federal está fazendo é um regime de tortura financeira, liberando apenas 30% dos recursos do FPM – queixou-se o senador.

Lobão pediu que os cálculos do INSS sejam revistos para evitar injustiças e apontou que os critérios para calcular as dívidas das prefeituras não são divulgados pela Previdência. Ele explicou que as cidades nordestinas dependem principalmente dos repasses federais, já que arrecadam poucos impostos.

O senador Sibá Machado (PT-AC) atribuiu à guerra tributária



Edison Lobão diz que só no Maranhão 54 prefeituras estão penalizadas pela Previdência

entre os estados uma parte dos problemas dos municípios e ressaltou que a legislação sobre a criação desses novos entes federativos tem permitido o surgimento de novas unidades sem viabilidade financeira.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que é preciso cumprir a Constituição. Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu o recurso do *habeas data*, que poderia obrigar o INSS a revelar a forma como calcula as dívidas municipais.

Flexa Ribeiro considera equívoco juros a 19,75%

A decisão do Banco Central de manter, por dois meses seguidos, a taxa básica de juros em 19,75% ao ano foi equivocada, segundo o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Na sua opinião, o quadro de contínua redução da inflação



Flexa Ribeiro

possibilitaria corte nos juros, que, no patamar atual, estão causando prejuízos à produção, ao emprego, às vendas e à renda do brasileiro.

– Embora esta não seja a única medida necessária, pois é urgente aprofundar a política fiscal, com redução dos gastos públicos como âncora da estabilidade, o avanço no corte dos juros básicos é crucial para a retomada da atividade em ritmo mais intenso e para

a consolidação de expectativas positivas quanto à trajetória da economia em 2005 e 2006 – sustentou.

Na avaliação de Flexa Ribeiro, o “aperto monetário” propiciado pela política de juros vem derru-

bando o nível de investimentos na economia. Se a produção industrial cresceu apenas 0,3% na comparação dos primeiros cinco meses de 2005 com o primeiro trimestre de 2004, as vendas no varejo exibiram uma queda de 0,7% em maio passado em relação a dezembro de 2004. Quanto ao emprego industrial, o senador informou que, nos quatro primeiros meses de 2005, cresceu apenas 0,3%.

Antônio Leite quer rigor na Lei da Improbidade

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) criticou a Lei da Improbidade Administrativa (8.429/92), que trata das punições aplicáveis aos agentes públicos que enriquecerem ilícitamente. Segundo o parlamentar, essa lei é “dúbia e cheia de lacunas”.

O parlamentar reclamou que a lei impede medida cautelar para afastar temporariamente as pessoas indiciadas de seus cargos públicos, determinando que a perda do cargo apenas ocorra quando a sentença é transitada em julgado.

– Aqueles que são réus uti-

lizam-se de toda sorte de artifícios para que os respectivos processos sejam prolongados, numa clara aposta para que o passar do tempo detenha e esfrie o vigor do Ministério Público e leve a imprensa e a opinião pública a esquecer os delitos praticados – afirmou o senador.

O senador Antônio Leite anunciou, durante o discurso, a apresentação de projeto emendando a Lei da Improbidade Administrativa, com o objetivo de torná-la mais efetiva e para que a corrupção possa ser melhor combatida no país.

PLENÁRIO

Para Ana Júlia, Fundeb reduzirá desigualdades

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou o papel que terá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo ela, a meta do Fundeb de garantir qualidade em todo o sistema escolar e ampliar esse atendimento, especialmente no ensino médio, na educação infantil e na educação de jovens e adultos irá contribuir para uma melhor distribuição de renda, redução da pobreza e geração de cidadania.

País com muitas desigualdades geográficas e sociais, o Brasil, diz a senadora, tem enormes desafios pela frente, mas poderá superá-los por meio do Fundeb, que irá financiar todos os níveis de educação básica, com partici-

pação federal maior que a do Fundef, que destina recursos somente ao ensino fundamental.

Ana Júlia salientou que a proposta do Fundeb foi construída em parceria com estados e municípios. Em sua avaliação, a educação básica sairá ganhando muito, sobretudo os municípios com menor capacidade de investimento, aqueles que têm os piores indicadores educacionais do país.

– Dois mil desses municípios terão suas receitas elevadas em função de uma maior participação



Para Ana Júlia, Fundeb vai elevar qualidade da educação em 2 mil municípios do país

financeira da União no Fundeb, o que contribuirá decisivamente para diminuir as desigualdades educacionais entre as regiões com menor Índice de Desenvolvi-

Fátima Cleide destaca o ProJovem

Ao assegurar que, apesar da crise, o governo continua trabalhando, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o ProJovem, cuja aula inaugural foi presidida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quarta-feira, em Recife.

– Para todos nós que cerramos

fileiras nesta Casa em defesa dos direitos de nossas crianças e adolescentes, o governo avançou de forma extraordinária, já que, pela primeira vez, o Brasil conta com uma política voltada para os jovens – sustentou a senadora.

Fátima Cleide explicou que o programa vai destinar R\$ 100 mensais para desempregados

entre 18 e 24 anos de idade, sem qualificação profissional e baixa escolaridade, que receberão aulas profissionalizantes e cursos de inglês e informática básica.

O ProJovem, que começou em Porto Velho com 2.400 alunos inscritos, será aplicado, já a partir deste mês, em Recife, Boa Vista, Fortaleza e Salvador.

Suassuna quer levar ensino superior ao sertão paraibano

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a ampliação da Universidade Federal de Campina Grande pelo interior da Paraíba, “para o nosso Cariri, o nosso sertão e o vale do Piancó”. O parlamentar relatou que a bancada da Paraíba esteve com o futuro ministro da Educação, Fernando Haddad, o governador do estado e o reitor da universidade, para solicitar a ampliação da instituição.

– Não havia, no grupo, governo nem oposição. Foi um coro único – ressaltou.

Nesse aspecto, o parlamentar elogiou o governo federal, “que vem buscando expandir as universidades, o que é fundamental na qualificação dos trabalhadores e da juventude”.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) destacou a importância “da grande causa que é a interiorização das universidades”.



Ney Suassuna

José Maranhão propõe expansão pelo interior

O senador José Maranhão (PMDB-PB) também defendeu a expansão das universidades pelo interior do país – e, mais especificamente, da Universidade Federal de Campina Grande pelo interior da Paraíba. Ele afirmou que essa “interiorização” é uma forma de os estudantes mais pobres terem acesso ao ensino superior. Segundo Maranhão, 66% das universidades brasileiras estão nas capitais, e apenas 34% nas cidades do interior.

– Essas instituições não podem continuar isoladas nos grandes centros do país. A universidade tem de ir aos estudantes. Atualmente, apenas 25% dos jovens que concluem o segundo grau ingressam no ensino superior. E uma das causas desse baixo índice é a questão econômica. Nem sempre os filhos dos trabalhadores, e mesmo os da classe média que vem se empobrecendo no Nordeste, têm condições de cursar uma faculdade na capital ou em uma grande cidade, pagando pensão e outras despesas – disse.

César Borges critica Ciro Gomes e transposição

O senador César Borges (PFL-BA) criticou o projeto de transposição do rio São Francisco, que, segundo ele, irá “dilapidar R\$ 4,5 bilhões, durante 24 meses, num projeto malfadado”. Ele também rebateu o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, que defende o projeto.

– Não há dinheiro para a recuperação de estradas, educação ou saúde, e o governo não investe na infraestrutura necessária para as exportações. Mas o governo quer gastar em uma obra que não une, mas divide o país – afirmou César Borges, para quem Ciro Gomes “se tornou um carreirista, um homem que tem apego ao cargo, mesmo que sua administração seja inoperante”.

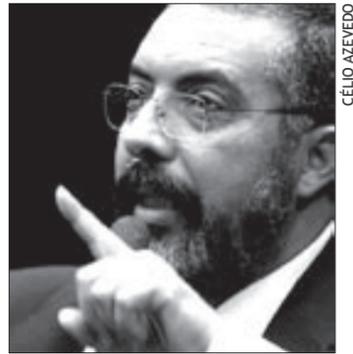
ACM: obras no São Francisco servirão para "roubalheira"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de subserviência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antonio Carlos, que disse ter sido atacado em discurso pelo ministro, afirmou que as obras de transposição do rio São Francisco servirão “para que os empreiteiros roubem”. Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN) declarou que Ciro Gomes “foi grosseiro” com dois colegas do seu partido, Antonio Carlos e o governador de Sergipe, João Alves, e manifestou sua solidariedade a ambos. Ele ainda acrescentou que defende a transposição do São Francisco, mas que não acredita que o projeto seja de fato implementado.

Edison Lobão pede conclusão da Ferrovia Norte-Sul

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e elogiou o senador José Sarney (PMDB-AP), que iniciou as obras quando era presidente da República. A ferrovia terá 2.100 quilômetros de extensão, dos quais apenas 226 quilômetros estão prontos.

– Essa ferrovia atravessa as regiões Norte e Centro-Oeste, interligando-se ao Norte com a Ferrovia dos Carajás e ao Sul com a Ferrovia Centro-Atlântica. Com isso, teremos a interligação de todo o sistema ferroviário do país – ressaltou Lobão, acrescentando que a obra iniciada na década de 80 beneficiará as exportações de grãos, que hoje chegam a 40 milhões de toneladas.



CÉLIO AZEVEDO

Paulo Paim recorda que a prorrogação de financiamentos integrou a pauta do “tratoração”

Paim defende socorro para produtores gaúchos de arroz

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que os produtores gaúchos aguardam ansiosos pela decisão sobre as negociações entre o Ministério da Agricultura e Banco do Brasil para a prorrogação do pagamento das parcelas dos contratos de financiamento da safra de arroz. De acordo com o parlamentar, chegou a ser divulgada a informação de que a prorrogação – que depende apenas de uma decisão da área econômica do governo federal – atenderia apenas aos produtores da região Centro-Oeste e da Bahia.

Paim lembrou que a reivindicação faz parte da pauta de negociações do movimento intitulado “tratoração”, realizado no final do mês passado, e salientou a dificuldade enfrentada pelos produtores de arroz, provocada principalmente pela importação do produto dos países integrantes do Mercosul. Ele elogiou o esforço dos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário para atender as reivindicações dos produtores.

Alberto Silva sugere a Lula programa do leite de soja

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que implante no país um programa de leite produzido da soja, cujo preço, por litro, será quase dez vezes menor do que o do leite bovino. Ele calcula que o governo possa gastar R\$ 360 milhões para a produção de 2,4 bilhões de litros por ano.

– O litro poderia ser vendido a R\$ 0,15, um valor que qualquer pessoa pode pagar – disse o senador, acrescentando que esse preço paga todo o custo de produção.

Alberto Silva ressaltou que os importadores asiáticos da soja produzida no Brasil usam o grão para produzir leite e carne de soja e alimentar sua população carente, indagando por que o Brasil não pode fazer o mesmo.

Depois de mostrar ao Plenário um litro de leite e “alguns bifês” que fez artesanalmente em casa, Alberto Silva sugeriu que o governo compre 300 mil toneladas de soja e pague R\$ 100 milhões pela industrialização.

RORAIMA - Ao registrar a passagem do Dia do Comerciante, no dia 16, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) prestou homenagem ao sócio-fundador da Associação Comercial de Roraima, Said Salomão. Conhecido como “patrono do comércio” do estado, Said completou aniversário de 90 anos no Dia do Comerciante. O senador lembrou que, em 1944, Said e outros 33 empresários do então território federal do Rio Branco fundaram a Associação Comercial do Rio Branco.

FAMÍLIA CRISTÃ - O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou a realização do 17º Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo (ECC), de 15 a 17 de julho em Rio Branco (AC). O senador participou do evento, que reuniu 11 bispos, 110 padres e casais de todo o país, totalizando mais de 3 mil participantes. Entre os objetivos do Congresso estavam o fortalecimento da identidade da família cristã como experiência de paz e de partilha de Deus; a valorização da família como construtora de uma sociedade pluralista solidária.

DEFICIENTES - O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a sanção presidencial, no dia 14, da lei - baseada em projeto de sua autoria - que institui 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Ele manifestou sua esperança de que também o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja aprovado em breve e sancionado no dia 21 de setembro, “numa homenagem aos brasileiros que possuem algum tipo de deficiência”. Existem no Brasil cerca 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Voz do Leitor

MOBILIZAÇÃO

“O que pensa um trabalhador quando vê sua nação sangrar por golpes de corrupção e impunidade? Como se pode acreditar que o voto venha a restaurar a dignidade do povo brasileiro, se os eleitos não honram seus mandatos? Também parece não ser possível que essa restauração venha a ocorrer pela legalidade, uma vez que nossas leis, muitas vezes, são manipuladas por interesses, e a fiscalização de seu cumprimento se dá em ambientes impolutos. Falo da necessidade de uma educação política voltada para uma tomada de consciência, no sentido de fortalecimento e consolidação de mecanismos, de instrumentos da sociedade civil que interfiram diretamente nas instâncias decisórias dos poderes institucionais. A sociedade deve se articular, se organizar, ir às ruas exigir a justiça dos seus direitos. Somente um povo arguto pode, com atitude, resgatar sua dignidade. Esperar que a atitude venha dos nossos políticos e magistrados é um equívoco ingênuo.”

Antonio Moreira Barros, de Parnamirim (RN)

EMPREGO

“Sugiro aos senhores senadores a apresentação de um projeto que garanta aos cidadãos, candidatos a um emprego, que um cadastro de nada-consta não seja exigido como requisito de admissão para comprovação de boa conduta. Acho um absurdo o cidadão com restrições cadastrais não poder pleitear um emprego. Afinal, ele só

poderá resolver sua situação financeira quando deixar de ser desempregado. Com essa exigência, os empregadores ferem a dignidade do cidadão e depois reclamam do aumento da criminalidade a cada dia.”

Luís Antonio Rodrigues, de Riolândia (SP)

EDUCAÇÃO

“Creio ser necessário, na educação, que se estabeleça contato, compreensão e diálogo para a explanação das idéias sobre bem e mal. A razão é um fundamento do amor. O jovem deve ser educado contra a hipocrisia, a avareza, o egoísmo e o individualismo, parâmetros que estabelecem a cegueira da sociedade. Essa é uma exigência da cidadania, pela justiça e pela igualdade.”

Rodrigo dos Santos Oliveira, de Petrópolis (RJ)

SEGURANÇA

“Acredito que, ao contrário do que se prega, a falta de segurança em nosso país não é consequência da má organização da política e do poder público.”

Rodrigo da Rocha Flaúsinio, de Carandaí (MG)

UNIVERSITÁRIOS

“Senadores do Amazonas, sugiro que intercedam por medidas que possibilitem aos jovens do interior cursarem a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Essas medidas poderiam proporcionar aos estudantes acesso a transporte, a livros e a alimentação.”

Henrique Júnior Nobre de Brito, de Boca do Acre (AM)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70.165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

ENERGIA ELÉTRICA

Daniel Henrique Miguel, Poços de Caldas (MG)

“Senador Aelton Freitas, a lei que concede descontos de energia elétrica somente contempla pessoas que têm filhos. Como ficam os aposentados que vivem apenas de salário mínimo e não têm direito a esse desconto?”

O senador Aelton Freitas (PL-MG) responde:

Caro Daniel, em consequência da legislação vigente, há duas situações em que o benefício da tarifa social de baixa renda não depende da existência de filhos. Primeiro, quando o consumo da unidade consumidora é inferior a 80 kWh, calculado com base na média dos últimos 12 meses, é atendida por circuito monofásico, ou o equivalente bifásico a dois condutores, e não apresenta dois registros de consumo superior a 120 kWh nos últimos 12 meses, conforme prevê a Resolução 246/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo, quando o consumo está na faixa entre 80kWh e 220 kWh e a família recebe o benefício básico (no valor de R\$ 50) do Programa Bolsa-Família, porque não há exigência da existência de filhos para sua concessão (inciso I, artigo 2º, Lei nº 10.836/04).

Já nos casos em que a unidade familiar seja enquadrada na situação de recebimento do benefício variável – R\$ 15,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 por família, concedido a famílias com renda *per capita* de até R\$ 100,00 – há, sim, condicionante no sentido de que haja filhos (inciso II, artigo 2º, Lei nº 10.836/04). Esta é a legislação em vigor. Para que se possa beneficiar com descontos os aposentados que vivem de salário mínimo, há necessidade de alterá-la. Levarei esta discussão até a Subcomissão do Idoso para avaliarmos eventuais possibilidades de mudança, pois a concessão sugerida nos parece justa.



PENSÃO VITALÍCIA

Edvoneide Ribeiro da Silva, de Araruama (RJ)

“Senador Marcelo Crivella, filha de ex-combatente das Forças Armadas tem direito à pensão vitalícia?”

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) responde:

Senhora Edvoneide, o direito para filhas de ex-combatentes é definido pelas situações em que se encontrava o ex-combatente, instituidor da pensão por ocasião de seu óbito, que são as seguintes:

- O ex-combatente que falece na condição de militar reformado (recebendo proventos de reforma) institui pensão militar. Quando houver filhas habilitadas, estas terão direito vitalício à pensão;
- O ex-combatente que falece recebendo a pensão especial de que trata o inciso II do artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (regulado pela Lei nº 8.059/90) institui pensão também especial, a ser dividida entre os dependentes. Quanto aos filhos (seja mulher ou homem), este benefício será extinto quando atingirem a maioria (21 anos) ou quando se casarem, caso o casamento ocorra antes da maioria.



Frases

“Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda há de zombar de nós essa tua loucura? A que extremos se há de precipitar a tua audácia sem freio?”

Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), citando o filósofo romano Cícero, durante depoimento do tesoureiro licenciado do PT Delúbio Soares na CPI dos Correios.

“Se você quer ajudar, quer honrar o seu país, a sua mãe, a sua família, a sua infância, e por mais que para alguns você tenha ficado depravado pelo luxo e pela fama (como dizia Hannah Arendt, que era uma das mais importantes filósofas, a fama deprava), assuma a sua responsabilidade, mas deixe que os outros assumam as suas responsabilidades também.”

Senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), para o tesoureiro licenciado do PT Delúbio Soares, durante depoimento na CPI dos Correios.

“Eu estou aqui para dar as explicações.”

Delúbio Soares, tesoureiro licenciado do PT, durante depoimento na CPI dos Correios.

“Me vem à memória agora um lamento mesmo, sr. presidente, de quem não quer ver este país incendiado, de quem não quer tirar proveito desta crise. E no lamento me vem à memória uma velha canção romântica portuguesa que termina assim ‘Tudo isso existe; tudo isso é triste; tudo isso é fado’”.

Senador Jefferson Péres (PDT-AM), durante o depoimento do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares na CPI dos Correios.

“Essa atitude que V. S^a assume hoje aqui, não revelando à Nação e dizendo ‘Falo à Nação! Falo à Nação!’. Então, fale, Dr. Delúbio, quem são os outros, porque o Partido [PT] precisa disso e o governo também. Que história é essa de que todo mundo faz isso? Uma ova! Não é todo mundo que faz: é pouca gente que faz.”

Senador Saturnino Braga (PT-RJ), em resposta à afirmação do tesoureiro licenciado do PT Delúbio Soares de que todos os candidatos têm caixa dois de campanha.

Foto da Semana

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, ouvido no dia 20 pela CPI Mista dos Correios, assumiu a responsabilidade pelos empréstimos de R\$ 39 milhões obtidos pelo empresário Marcos Valério, que seria o operador do “mensalão”. Mas pouco acrescentou, valendo-se de *habeas corpus*, quando questionado sobre quem recebeu o dinheiro proveniente dos empréstimos. Ele falou muito, mas pouco disse



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Cresce audiência da Rádio Senado

A cobertura jornalística da CPI dos Correios feita pela Rádio Senado aumentou em mais de três vezes o número de *downloads* de arquivos da emissora pela Internet (www.senado.gov.br/radio). Nos primeiros 20 dias de julho, os internautas baixaram 140 mil informativos da página eletrônica da rádio, quando a média mensal era de 41 mil.

É a primeira vez que a página da Rádio Senado na Internet divulga a cobertura de CPIs juntamente com os programas normais da emissora.

Também aumentou o número de emissoras que acompanham as investigações da CPI pelo *site* da Rádio Senado – informou o coordenador do serviço na Internet, Luis Carlos Fonteles.

O coordenador recebe telefo-



nemas de emissoras de todo o Brasil interessadas em transmitir áudios ou coberturas completas da Rádio Senado.

Além da cobertura das CPIs, estão disponíveis pronunciamentos em Plenário e reportagens sobre todos os assuntos em discussão no Senado produzidos

pelos equipes de FM e de Ondas Curtas.

Todo o material está disponível em arquivos de áudio no formato *mp3*, que pode ser baixado de forma gratuita diretamente no computador da pessoa ou emissora interessada. Para veicular o material, basta que a emissora

interessada preencha um formulário no seguinte endereço: <http://www.senado.gov.br/radio/radioAgenciaCAD.asp>.

A Rádio Senado transmite em FM para o Distrito Federal e em Ondas Curtas para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do país. Atualmente, são 688 emissoras conveniadas, com audiência potencial que ultrapassa 31 milhões de ouvintes.

Corrupção em debate no *Conexão Senado*

Nesta segunda-feira, às 12h, o programa *Conexão Senado* tem como tema a corrupção e os seus efeitos nocivos para a sociedade.

O programa é ao vivo e o ouvinte pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, por fax, (61) 3311-2777, ou por *e-mail*, para o endereço eletrônico conexão@senado.gov.br.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40- Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40- Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40- Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40- Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10- Senado Notícias
- 14h30- Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30- Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45- Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30- Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30- Cidadania 4
- 20h30- Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30- Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45- Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30- Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30- Cidadania 3/Comissões
- 20h30- Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30- Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45- Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30- Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30- Cidadania 2/Comissões
- 20h30- Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30- Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45- Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30- Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30- Cidadania 1/Comissões
- 20h30- Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30- Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15- Jornal do Senado
- 14h30- Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30- Cidadania 4
- 20h30- Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30- Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30- Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30- Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30- Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30- Cidadania
- 14h30- Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30- Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30- Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30- Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30- De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30- Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30- Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30- Cidadania
- 14h30- Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30- Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30- Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30- Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30- De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

RESENHA

Um José de Alencar distante dos romances

ALEXANDRE GUIMARÃES

Ao ouvir falar de José de Alencar, talvez o leitor lembre-se imediatamente da "astúcia e agilidade do índio Peri", de *O Guarani*, ou de *Iracema*, "a virgem dos lábios de mel". Não esqueçamos também das mulheres alencarianas, ao mesmo tempo fortes e frágeis perante o amor: Carlota, de *Cinco Minutos*, Aurélia, de *Senhora*, ou Lucíola e Diva, dos romances homônimos.

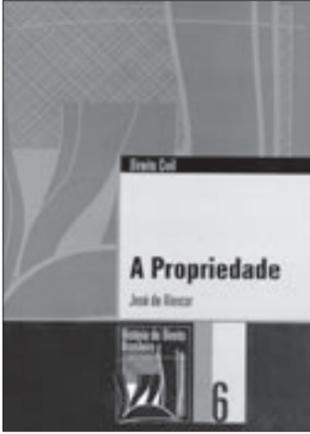
A leitura de *A Propriedade* nos mostra outra face do romancista cearense: o jurista. José Martiniano de Alencar, nascido em 1829, formou-se aos 21 anos pela célebre Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi professor de Direito Mercantil. Deputado pelo Ceará em quatro legislaturas e ministro da Justiça do gabinete Itaboraí (1868-1869), José de Alencar, ao ser eleito senador em 1869, teve seu nome vetado por dom Pedro II, com quem se confrontara anos antes, como editor do *Diário do Rio de Janeiro*. Oito anos depois, o

romancista morreria de tuberculose - mal que o acompanhara por 30 anos.

A Propriedade é uma visão importante, preciosa e pioneira para o Direito Civil brasileiro, anterior ao próprio Código Civil, previsto já na Constituição de 1824, mas aprovado pelo Congresso apenas em dezembro de 1915 e sancionado em janeiro de 1916.

Em seu texto, Alencar trata do histórico da propriedade desde o Direito Romano até as tendências europeias em voga em meados do século 19. Não esquece de tratar de temas importantes como a posse, as obrigações e a hipoteca, e inova ao condenar a tirania da propriedade e defender a propriedade intelectual.

Volume 6 da coleção *História do Direito Brasileiro*, iniciativa do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal, *A Propriedade* enriquece os estudos históricos dentro do direito civil. Ao jurista, estudante ou curioso, o texto fac-similar é gostoso de ler, além de trazer o sabor de



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *A Propriedade*, volume 6 da coleção *História do Direito Brasileiro*, é uma iniciativa do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Conheça o Senado



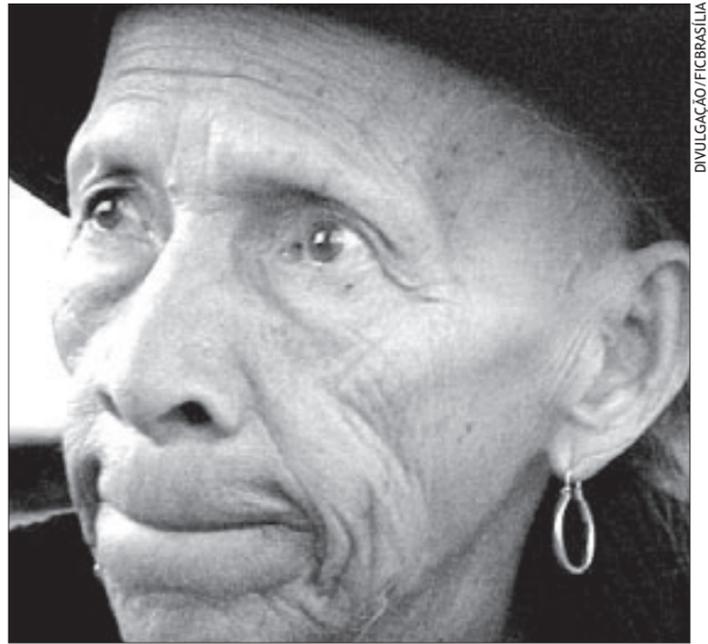
Debate na Comissão de Educação com o ex-senador João Calmon, que dá nome à sala, e o ex-ministro João Batista de Abreu, em 1989

FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA

Parceria com Senado mostra força feminina

A Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha 2005, do Senado Federal, estabeleceu parceria inédita com o Festival Internacional de Cinema de Brasília, o VII FICBrasília. Será realizada uma mostra paralela, dentro da programação do evento, com o intuito de exibir documentários e longas-metragens de ficção que provoquem a reflexão sobre o universo da mulher sul-americana. Na abertura do festival (que durante dez dias trará à capital do país algumas das mais importantes produções mundiais do chamado cinema de arte), na última quarta-feira, a presidente da comissão, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ressaltou a importância da parceria.

- Ela vem num momento importante, neste que é o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha. Estão sendo apresentados debates e discussões sobre a questão do gênero. Os temas, as personagens, as atrizes ou diretoras, tudo está ligado ao universo feminino. Países vizinhos na América Latina, como a Venezuela, Colômbia e Argentina, além do Brasil, estão muito bem representados na mostra. Nada melhor que a cultura para colocar em evidência os problemas e vivências das mulheres



DIVULGAÇÃO/FICBRASÍLIA

A violonista Helena Meirelles, cuja vida embasou documentário que será exibido no festival: uma das melhores do mundo

- afirmou.

Quatro filmes envolvendo a questão da realidade da mulher em nosso continente serão exibidos para o público brasileiro: o argentino *La Niña Santa* (A Menina Santa), da diretora Lucrecia Martel; *Helena Meirelles, a dama da viola*, documentário de Francisco de Paula sobre a violonista sul-mato-grossense, eleita uma das melhores instrumentistas do mundo; *Idea* (Idéia), documentá-

rio do diretor uruguaio Mario Jacob; e o colombiano *La Nave de Los Sueños* (A Nave dos Sonhos), de Ciro Duran. Os filmes foram obtidos pela comissão junto às embaixadas.

Consolidado no cenário cinematográfico como um dos principais festivais do país, o VII FICBrasília teve início no dia 20 de julho e prossegue até o próximo sábado, nas salas da Cultura Inglesa e da Academia de Tênis de Brasília. A programação completa do festival está disponível no site <http://ficbrasil.com.br>.

Quatro filmes evidenciam a realidade da mulher em seus enredos

Comissão de Educação do Senado faz 70 anos e amplia atividades

Criada em 1935, a Comissão de Educação do Senado completa 70 anos de atividades em 2005. Seu primeiro presidente foi o então senador Alcântara Machado.

No primeiro semestre deste ano, a comissão foi presidida pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), agora licenciado por ter assumido o Ministério das Comunicações. O vice-presidente é o senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Compete à CE analisar normas gerais de educação, cultura, ensino e desporto, diretrizes e bases da educação

nacional, salário-educação, comunicação, atividades nucleares, utilização e transporte de materiais radioativos e apoio e estímulo às pesquisas de criações científicas e tecnológicas. Formada por 27 membros titulares e 27 suplentes, também responde pela análise dos pedidos de outorga, renovação de concessão, permissão e autorização para emissoras de rádio e TV.

A comissão congrega ainda quatro subcomissões permanentes: de Cinema, Teatro e Comunicação Social; de Ciência e Tecnologia; do Es-

porte e do Livro. Este ano, realizou audiência pública para discutir a proposta de reforma universitária, com a presença e participação do então ministro da Educação, Tarso Genro.

Recentemente, senadores membros da Comissão de Educação aprovaram o Projeto de Resolução 62/03, que inclui no rol de competências da comissão temas contemporâneos como informática, robótica, biotecnologia, clonagem e pesquisa aeroespacial. A proposta aguarda exame do Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miqúas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Assédio moral no local de trabalho

Abusos e humilhações sofridas nas relações de trabalho têm um nome: assédio moral. Esse tipo de agressão não é novidade, mas o debate e a reflexão sobre as condutas perniciosas, sim. Para a médica do trabalho Margarida Barreto, especialista no assunto, o "assédio moral é a violação do direito cotidiano e se dá quando uma pessoa se comporta para rebaixar o outro nos mais diferentes meios". A agressão moral pode causar danos irreparáveis à saúde da vítima. No Brasil, só nos últimos anos é que o problema apareceu nos tribunais, gerando jurisprudência a respeito. Desde então foram criadas diversas leis municipais e estaduais tratando do tema. Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba o que é o assédio moral e os projetos em tramitação sobre o tema.



Falta reconhecimento em lei

O assédio moral ainda não tem regulamentação jurídica específica, mas tem sido reconhecido na Justiça por condutas previstas no artigo 483 da Consolidação das Leis de Trabalho. A lei diz que o empregado poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização quando forem exigidos serviços superiores às suas forças, se for tratado com rigor excessivo, quando as obrigações do contrato não forem cumpridas, em casos de atos lesivos à honra e à boa fama, em razão de ofensas físicas e caso o empregador reduza o trabalho de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

Para que o abuso seja reconhecido em lei federal, cinco projetos estão em tramitação na Câmara. As propostas são:

PL 4.591/01 - Da então deputada Rita Camata, trata da prática de assédio moral no serviço público. Dá como exemplos atribuir tarefas a subordinados com prazos impossíveis para executá-las, tomar o crédito de idéias de outros, espalhar rumores maliciosos e passar o funcionário de uma área de responsabilidade para funções triviais. Aguarda votação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

PL 4.742/01 e PL 4.960/01 - Dos deputados Marcos de Jesus (PL-PE) e Feu Rosa (PSDB-ES), respectivamente, tipifica no Código Penal Brasileiro o crime de assédio moral no trabalho, marcado, entre outros, pela desqualificação por meio de palavras, gestos ou atitudes. Na pauta do Plenário.

PL 5.971/01 - Do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), propõe a tipificação no Código Penal o crime de "coação moral no ambiente de trabalho", com pena de um a dois anos, e multa. Na pauta do Plenário.

PL 2.369/03 - Do deputado Mauro Passos (PT-SC), caracteriza como ilícito trabalhista o assédio moral (constrangimento causado por atos repetitivos, praticados tanto por superiores hierárquicos quanto por colegas. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



O QUE É ASSÉDIO MORAL? - É a exposição do(a) trabalhador(a) a situações abusivas, humilhantes, constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. São condutas negativas, relações desumanas e aéticas, forçando a vítima a desistir do emprego.

O AGREDIDO - Entre as pessoas que mais sofrem humilhações, estão aquelas que adoecem por conseqüência do trabalho e as que são consideradas "velhas" em alguns ambientes. Os representantes de associações e sindicatos e os funcionários públicos, em razão da estabilidade no emprego, também são afetados. A violência provoca sérios danos à saúde física e emocional do atingido. Alguns sintomas são: depressão, palpitações, tremores, distúrbios do sono, hipertensão, distúrbios digestivos, dores generalizadas, alteração da libido e pensamentos (ou tentativas) de suicídio em razão de um cotidiano sofrido.

O AGRESSOR - A violência pode ser exercida tanto por superiores hierárquicos como por colegas de profissão. Geralmente, a violência é exercida por pessoas inseguras, autoritárias e narcisistas.

O QUE A VÍTIMA DEVE FAZER - O funcionário precisa reunir o maior número possível de evidências que comprovem o assédio. Documentos e testemunhas são fundamentais para isso. A vítima deve ainda ter um registro com detalhes das humilhações sofridas (dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do agressor, colegas que testemunharam, conteúdo da conversa e outros itens considerados importantes). A vítima deve evitar conversar com o agressor sem testemunhas. Caso haja na empresa Departamento Pessoal ou de Recursos Humanos, é possível fazer

reclamação por escrito relatando a agressão. É importante permanecer com cópia da carta enviada e da eventual resposta do agressor ou do setor. O empregado deve procurar o sindicato da sua categoria e relatar o ocorrido. Buscar ainda um Centro de Referência em Saúde dos Trabalhadores e contar a humilhação sofrida ao médico, assistente social ou psicólogo. Buscar apoio junto a familiares, amigos e colegas, pois o afeto e a solidariedade são fundamentais para recuperação da auto-estima, dignidade, identidade e cidadania.

O QUE CONFIGURA ASSÉDIO MORAL:

- ▶ marcar tarefas com prazos impossíveis
- ▶ criticar com persistência e subestimar esforços
- ▶ passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais
- ▶ provocar desestabilização emocional e profissional. A vítima, vai perdendo, simultaneamente, a autoconfiança e o interesse pelo trabalho
- ▶ isolar a vítima do grupo de trabalho
- ▶ Impedir de se expressar
- ▶ ridicularizar, inferiorizar ou menosprezar diante dos pares
- ▶ culpabilizar/responsabilizar o funcionário publicamente, podendo os comentários sobre sua incapacidade invadir, inclusive, o espaço familiar.
- ▶ desviar da função ou retirar material necessário à execução da tarefa, impedindo o trabalho
- ▶ exigir que faça horários fora da jornada. Ser trocado(a) de turno, sem ter sido avisado(a)
- ▶ mandar executar tarefas acima ou abaixo do conhecimento do trabalhador(a).

Fonte: site Assédio Moral no Trabalho

Informações

Ministério do Trabalho
Alô Trabalho: 0800 61-0101 (para as regiões do Sul e do Centro-Oeste, mais os estados do Acre e Rondônia) e 0800 285-0101 (para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e demais localidades).
Ouvidoria
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Ed. Anexo A Térreo, sala TA-1470059-900 Brasília (DF) Fax: (61) 3317-8257
ouvidoria@mte.gov.br
www.trabalho.gov.br

Ministério da Previdência
PREVfone: 0800 78-0191
Disque Denúncia: 0800 707-0477
Caixa Postal 09714
70001-970 Brasília (DF)
ouvidoria@previdencia.gov.br
www.previdencia.gov.br

Ministério da Saúde
Disque Saúde: 0800 61-1997
Tel.: (61) 3315-2425
Esplanada dos Ministérios, Bloco G 70058-900 Brasília (DF)
www.saude.gov.br

Tribunal Superior do Trabalho (TST)
Praça dos Tribunais Superiores, Bloco D 70097-900 Brasília (DF) Tel.: (61) 3314-4300
www.tst.gov.br

Ministério Público do Trabalho
Tel.: (61) 3314-8500
SAS, Quadra 04, Blocos L e M 70070-922 Brasília (DF)
www.pgt.mpt.gov.br

Site Assédio Moral no Trabalho
correio@assediomoral.org
www.assediomoral.org